

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**



**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 045/2024
Data: 21/05/2024**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
MPF QUER REPARAÇÃO HISTÓRICA A PERSEGUIDOS PELA DITADURA MILITAR NO PORTO DE SANTOS.....	4
TERCEIRA PISTA DA RODOVIA DOS IMIGRANTES SAIRÁ R\$ 6 BILHÕES E TERÁ 4 ANOS DE OBRAS NO LITORAL DE SP	5
CASO TITAN: O MUNDO AINDA AGUARDA RESPOSTAS	7
ESPECIALISTA FALA SOBRE NOVO TERMINAL DE GRÃOS E DE FERTILIZANTES NO PORTO DE SANTOS	8
CONTÊINER SOLIDÁRIO RECEBE DOAÇÕES PARA O RIO GRANDE DO SUL ATÉ ESTE SÁBADO.....	10
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	11
CPI APROVA PEDIDO DE INDICIAMENTO DA BRASKEM POR AFUNDAMENTO EM MACEIÓ	11
GEOSISTEMAS ARREMATAM LICITAÇÃO DOS PROJETOS DA TRANSNORDESTINA	12
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	14
BASE AÉREA DE CANOAS (RS) COMEÇA A RECEBER VOOS COMERCIAIS	14
CAMPANHA SOLIDÁRIA: DONATIVOS ARRECADADOS DOS ESTADOS UNIDOS CHEGAM AO PAÍS	15
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF.....	16
BOLETIM DE RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS - 20/05/2024	16
CONTRAN INTERROMPE POR 90 DIAS OS PRAZOS DE PROCESSOS E SERVIÇOS LIGADOS AO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO NO RIO GRANDE DO SUL	16
BE NEWS – BRASIL EXPORT	17
EDITORIAL – DESCARBONIZAÇÃO: COMPROMISSO COM O PRESENTE E COM O FUTURO	17
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	18
<i>Imposto zerado 1.....</i>	<i>18</i>
<i>Imposto zerado 2.....</i>	<i>18</i>
<i>Imposto zerado 3.....</i>	<i>18</i>
<i>Férias coletivas 1.....</i>	<i>19</i>
<i>Férias coletivas 2.....</i>	<i>19</i>
<i>Férias coletivas 3.....</i>	<i>19</i>
APÓS MEDIDAS DO GOVERNO, SETOR SIDERÚRGICO ANUNCIA R\$ 102 BI EM INVESTIMENTOS	19
NACIONAL - COMISSÃO DA CÂMARA DEBATE BUROCRACIA NO SETOR PORTUÁRIO	20
REGIÃO SUL - PASSAGENS AÉREAS COMERCIAIS PARA CANOAS COMEÇAM A SER VENDIDAS	20
REGIÃO SUL - GOVERNO EMITE ALERTA PARA “INUNDAÇÃO SEVERA” EM MUNICÍPIOS DO RS	21
NACIONAL - GOVERNO INSTALA GRUPO DE TRABALHO PARA DEBATER DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA	23
REGIÃO SUDESTE - SINDICATO CLASSIFICA PROJETO DO PARQUE DO PORTO COMO “IRREAL”	24
REGIÃO SUDESTE - SOPEP LANÇA PROGRAMA DE TV COM TRANSMISSÃO PELA TV BE NEWS	25
REGIÃO SUDESTE - NOVA PISTA DA IMIGRANTES DEVERÁ SER CONCLUÍDA EM MEADOS DE 2030, DIZ SECRETÁRIO.....	26
O SOPEP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	28
COMISSÃO DEBATE GARGALOS E ENTRAVES BUROCRÁTICOS ENFRENTADOS PELO SETOR PORTUÁRIO BRASILEIRO	28
CMA DEBATE PROJETO QUE EXIGE PADRÕES AMBIENTAIS DO BRASIL EM IMPORTAÇÕES	28
SUZANO PROLONGA EDITAL QUE VAI DESTINAR R\$ 1 MILHÃO A PROJETOS SOCIAIS NO SUL DA BAHIA	29
BUNGE RETOMA GRADUALMENTE OPERAÇÕES EM RIO GRANDE (RS)	30
PORTO DE SUAPE INVESTE MAIS DE R\$ 600 MILHÕES PARA MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA.....	30
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	31
SUPER TERMINAIS INVESTE EM NOVOS VEÍCULOS MAIS EFICIENTES E COM MAIOR CAPACIDADE DE CARGA	31
PETROBRAS LEVA AO CADE PROPOSTA PARA ABANDONAR VENDA DE REFINARIAS	31
SIDERÚRGICAS ANUNCIAM R\$ 100,2 BI EM INVESTIMENTOS NO BRASIL ATÉ 2028	33
ANP ASSINA ACORDO DE COOPERAÇÃO COM AGÊNCIA REGULADORA DE SERGIPE	34
ANTAQ TEM 180 DIAS PARA ANALISAR DENÚNCIAS DE COBRANÇAS ABUSIVAS DE SOBRE-ESTADIA.....	34
ASSOCIAÇÕES AVALIAM QUE APLICAÇÃO INTEGRAL DO MODELO ‘LANDLORD’ DEPENDE DE DESCENTRALIZAÇÃO	36
ABTP VAI PROPOR MECANISMO ALTERNATIVO AO FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	37
EMBARCAÇÃO DA SEAGEMS INICIA NAVEGAÇÃO EM DIREÇÃO AO CAMPO DE ATLANTA.....	38
EMAP E VLI ASSINAM MEMORANDO DE ESTUDOS PARA AMPLIAÇÃO DO PORTO DO ÍTAQUI.....	39
ENAUTA RECEBE FPSO 'ATLANTA' PARA OPERAR NA BACIA DE SANTOS	39
SEARA VAI ASSUMIR AS OPERAÇÕES DE CONTÊINERES NO PORTO DE ÍTAJAÍ.....	40
PRODUÇÃO DE ÓLEO DA UNIÃO FOI 24% MAIOR NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024.....	40
TECONS DEFENDEM UNIFICAÇÃO DE PRAZOS DE CONCESSÃO	41



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 045/2024
Página 3 de 42
Data: 21/05/2024
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	42
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM	42



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MPF QUER REPARAÇÃO HISTÓRICA A PERSEGUIDOS PELA DITADURA MILITAR NO PORTO DE SANTOS

Antiga Cia Docas de Santos ajudou regime a reprimir, perseguir empregados e desmobilizar sindicatos entre 1964 e 1985

Por: ATribuna.com.br



O Ministério Público pretende que a APS assuma o compromisso de reparar os prejuízos ocasionados tanto às vítimas dessas perseguições quanto à sociedade
Foto: APS/Divulgação

O Ministério Público Federal (MPF) e a Autoridade Portuária de Santos (APS) se reúnem nesta terça-feira (21), às 14 horas, na sede do MPF na Cidade, para tratar das medidas necessárias à reparação dos danos causados pela “intensa colaboração” da administração do Porto de Santos com a repressão da ditadura militar.

Um inquérito do MPF, baseado em milhares de documentos e diversos depoimentos, demonstra que, entre 1964 a 1985, a gestora portuária da época manteve vínculo estreito com os órgãos do regime militar, coordenando a perseguição a trabalhadores e coibindo atividades sindicais.

Diante das constatações, o Ministério Público pretende que APS assuma o compromisso de reparar os prejuízos ocasionados tanto às vítimas dessas perseguições quanto à sociedade.

“Embora a atual gestão do porto não tenha sido responsável pelos atos do passado, a estatal que controla o terminal é a mesma que o administra desde 1980 (quando era Companhia Docas do Estado de São Paulo, Codesp). Ou seja, ao menos nos cinco últimos anos da ditadura, ela teve atuação direta na repressão aos trabalhadores e, portanto, deve indenizar ou compensar esse passivo histórico”, afirmou o procurador da República Ronaldo Ruffo Bartolomazi, titular do inquérito do MPF.

Ao assumir o comando do porto, a Codesp herdou e deu prosseguimento a um sistema repressivo interno criado por sua antecessora, a Companhia Docas de Santos (CDS), diz o MPF. A empresa – junto a seu proprietário, Cândido Guinle de Paula Machado, e executivos – havia sido uma das fundadoras e financiadoras do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), entidade que atuou no planejamento do golpe de 1964. Ao longo dos governos militares, vários nomes de relevo do regime ditatorial figuraram na composição da diretoria e do conselho consultivo da CDS.

Perseguição e tortura

As investigações do MPF revelam que a CDS arquitetou uma estrutura de policiamento interior no Porto de Santos para monitorar todas as movimentações de seus empregados. As ações, inicialmente preventivas, ganharam contornos de repressão principalmente a partir de 1966, quando foi criado o Departamento de Vigilância Interna (DVI). O setor era composto por funcionários comissionados da empresa, mas estava sob direção da Marinha e tinha militares e agentes de órgãos oficiais em seus postos de chefia.

O DVI atuava em conluio com o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de Santos e delegacias de polícia da Cidade. A troca de informações sobre empregados do porto trazia vantagens para os dois lados. Com dados fornecidos pela divisão de vigilância da CDS, os órgãos de repressão tinham condições de agir com ainda mais força contra quaisquer movimentações dos

trabalhadores que pudessem contrariar a ordem ditatorial. Ao mesmo tempo, o enquadramento de empregados nos crimes previstos na Lei de Segurança Nacional permitia à empresa dispensá-los por justa causa e eximir-se de pagar os direitos trabalhistas devidos.

A tortura era prática comum nas dependências do DVI, afirma o inquérito. Trabalhadores levados para lá permaneciam incomunicáveis por horas ou dias enquanto eram submetidos a agressões físicas e psicológicas.

A vigilância sobre os empregados tornava-se ainda mais severa nos períodos de eleição para as diretorias de sindicatos. A política de arrocho salarial da ditadura, alinhada aos interesses da CDS e de outras grandes empresas, gerava insatisfação cada vez maior entre os trabalhadores. No Porto de Santos, a baixa remuneração se somava à ampliação de jornadas, à supressão de folgas semanais e à falta de condições de segurança. Desmobilizar protestos contra esse cenário estava na ordem do dia da Companhia.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 21/05/2024

TERCEIRA PISTA DA RODOVIA DOS IMIGRANTES SAIRÁ R\$ 6 BILHÕES E TERÁ 4 ANOS DE OBRAS NO LITORAL DE SP

Início dos serviços depende da finalização de projeto e licenciamento

Por: Ted Sartori



Estado autorizou que Ecovias cuide de todos os estudos relativos à terceira pista da Imigrantes, que custarão R\$ 60 milhões, mediante compensação no contrato de concessão Foto: Reprodução/ Artesp

A construção da terceira pista da Rodovia dos Imigrantes, alvo de total interesse por parte do Porto de Santos para evitar o colapso do transporte de cargas, já tem valor (R\$ 6 bilhões) e tempo da obra (quatro anos) estimados. A revelação foi feita pelo secretário de Estado de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini, nesta segunda (20), durante o lançamento da frente

parlamentar envolvendo o tema, na sede da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos (AEAS), no bairro Boqueirão.

“Vai ser muito importante para o Porto de Santos, justamente porque a ideia é de fazer uma pista com geometria favorável para que o caminhão desça por ela e não precise usar a Anchieta. Aumentando a velocidade de descida, aumenta a capacidade e a fluidez do tráfego. A gente espera que as cargas cheguem com mais segurança e com mais rapidez ao Porto”, afirma Benini.

Em janeiro, o Governo do Estado autorizou que a Ecovias, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), cuidasse dos estudos, projeto executivo e licenciamento ambiental da terceira pista. O projeto tem projeção de custo de R\$ 60 milhões. O Grupo Ecorodovias, a quem pertence a Ecovias, já contratou equipes, além de projetistas nacionais e da Itália. Esse investimento da empresa é em troca de um reequilíbrio no contrato de concessão com o Estado.

“A terceira pista está sendo pensada para balancear a transposição da Serra do Mar, que é um grande obstáculo natural. Então, a pista vai ser concebida em combinações de uma série de elementos dos requisitos de Porto, com suas questões de crescimento, e de cargas, além da mobilidade Planalto-Baixada”, explica o diretor-geral de Concessões da Ecorodovias, Rui Klein.

O prazo de entrega de todo este conjunto que antecede a obra é de até dois anos - até 2026, mas pode ser prorrogado por mais um. “Prazo é algo que a gente vai confirmando ao longo do caminho.



Vamos trabalhar para cumprir o que foi determinado e, se possível, mais para frente, alguma antecipação”, afirma Klein. Ainda não houve definição se a própria empresa cuidará da obra.

Para o secretário Rafael Benini, é preciso cumprir etapas com cautela. “Muitos vão pedir que tudo seja realizado rapidamente, mas uma obra sem projeto e licenciamento bem feitos, só vai dar dor de cabeça no futuro. Ninguém discute que essa obra está atrasada e que precisaria já estar pronta, mas não se pode correr com o tempo”, completa Benini.

Sobre o traçado, ainda não é possível afirmar qual será, embora Klein garanta que existem estudos preliminares a respeito. “Uma vocação que a gente imagina é que ela seja reversível para que atenda bem a esse balanceamento do sistema. Os estudos agora vão validar isso, para que a gente possa descer as cargas e combinar volumes relacionados aos feriados, respondendo de forma mais ativa também aos ônibus e vans comerciais”, revela.

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, comemora a iniciativa e confronta com os diversos investimentos no Porto de Santos. Vale recordar que 60% das cargas chegam pela rodovia. “O Porto cresce, mas temos que ter uma via adequada, além de também resolver os problemas locais, como na Alemoa e em Guarujá. É importante que a boa logística acompanhe o crescimento da movimentação de carga”, argumenta.

A frente parlamentar é presidida pela deputada estadual Solange Freitas (União Brasil). “O Túnel Santos-Guarujá vai ser maravilhoso para nós, mas não vai resolver tanto a questão do problema do tráfego de caminhões. A terceira pista é mais importante para o Porto de Santos e não à sociedade de forma geral. A frente parlamentar é uma forma de estarmos juntos, lutando e cobrando”, observa. Os deputados Caio França (PSB) e Tenente Coimbra (PL) também estavam presentes.

Poligonal do Porto

Uma audiência pública envolvendo a poligonal (área) do Porto de Santos está prevista para o dia 13 de junho, das 10 às 17 horas, na sede da Autoridade Portuária de Santos (APS). “A orientação é modificar e atualizar essa Poligonal para que o Porto tenha maior capacidade de movimentação de cargas”, afirmou o presidente da APS, Anderson Pomini, nesta segunda, durante o lançamento da frente parlamentar da terceira pista da Imigrantes.

Dentre as possíveis áreas a serem incluídas, estão a Vila dos Criadores, com 420 mil metros quadrados (m²) e que fica junto ao Rio Casqueiro, no limite dos municípios de Santos e Cubatão, na Alemoa. “O Porto precisa crescer e esta é a última área nobre da Margem Direita”, diz.

Pomini explica que foram feitos estudos que comprovam que o local se apresenta com potencial para movimentação de todo tipo de carga, com a chamada manobrabilidade, a exemplo de outros portos pelo mundo. “Até porque ao lado já são movimentados granéis líquidos, que são os combustíveis, e onde se movimenta granéis líquidos, se permite a movimentação de qualquer outra carga”, justifica.

O presidente da APS revelou que a área foi oferecida para “três ou quatro players (grupos empresariais)”, com duas exigências. Uma é a construção de moradias para as pessoas que residem no local - em torno de 6 mil a 7 mil pessoas -, em parceria com o Poder Público, a exemplo do que foi feito com a comunidade da Prainha, em Guarujá, em razão do túnel. A outra é a descontaminação da área. “A responsabilidade social é absolutamente relevante para nós”, afirma.

Além da Vila dos Criadores, a Poligonal do Porto também deverá ter a inclusão da Área Continental de São Vicente, em especial para o modal hidroviário. Já para a Margem Esquerda, o foco está nos Terminais de Uso Privado (TUPs). “No (Largo) Santa Rita, existem projetos para 14 novos berços de atracação. O Porto de Santos conta com 65. O segundo maior porto do Brasil, que é Paranaguá, conta com 14 em funcionamento. Ou seja, só ali temos projeto para 14”, compara Pomini.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 21/05/2024

CASO TITAN: O MUNDO AINDA AGUARDA RESPOSTAS

Após incessantes buscas, em 22 de junho de 2023 foram encontradas partes a mais de 3,8 mil metros de profundidade

Por: *Eliane Octaviano Martins*



Foto: Divulgação

Há quase um ano, o submersível Titan desapareceu em alto-mar, em 18 de junho de 2023. Tratava-se de uma expedição com cinco tripulantes para observar os escombros do Titanic, a cerca de 640 km da costa do Canadá e de 1.450 km da costa dos Estados Unidos. O submersível, de propriedade do grupo empresarial Ocean Gate, não era registrado e contava com o apoio do navio Polar Prince, de bandeira canadense.

Após incessantes buscas, em 22 de junho de 2023 foram encontradas partes do Titan a mais de 3,8 metros de profundidade, próximas aos escombros do Titanic. As investigações concluíram que houve uma “implosão catastrófica” em decorrência de falha na carenagem do submersível em suportar a pressão das profundezas as quais desceu.

Desde a ocorrência do caso, considerado extremamente complexo, muitas considerações jurídicas vêm sendo veiculadas sobre as causas da implosão e as responsabilidades dos envolvidos em indenizar a família das vítimas.

Uma das teorias levantadas defende que não há responsabilidade civil, considerando se tratar de atividade recreativa, cujo risco era conhecido pelas partes contratantes. Em sentido contrário, insurge-se a corrente que sustenta a responsabilidade extracontratual, considerando aspectos técnicos e negligência associada à probabilidade de eventos danosos ou catastróficos e, nesse contexto, alguns pontos devem ser considerados.

Trata-se de contrato de frete de passageiros, com finalidade recreativa, na qual figura como fretador a Ocean Gate e afretadores os quatro passageiros falecidos. Os afretados firmaram com a fretadora a viagem de submersível tripulado pelo próprio diretor-executivo do grupo, para visualização dos destroços do Titanic, pelo preço de US\$ 250 mil. O contrato continha cláusula que mencionava se tratar de atividade de alto risco; que o Titan já havia realizado a viagem por 90 vezes, sendo bem-sucedido apenas em 13 delas, e ainda determinava a isenção da empresa Ocean Gate de qualquer indenização decorrente do evento morte ou lesão dos passageiros.

Especificados esses pontos, a responsabilidade extracontratual vem sendo defendida por alguns juristas. Para o advogado Antonio Lawand Junior, a aferição das relações jurídicas entre personalidades jurídicas é regulada pelo contrato, mas não só: a pesquisa sobre o caso Titan revela situações extracontratuais importantes, que definem direitos e obrigações nos negócios jurídicos que extrapolam previsões no contrato, ou até independem delas, e que interferem na própria validade do instrumento contratual.

Sendo assim, a relação entre o ambiente regulatório marítimo e as normas jurídicas setoriais internas e internacionais balizam as relações jurídicas e são a referência de validade contratual e das boas práticas contratuais pelas partes ofertantes e tomadoras de serviço. E considerando a perspectiva relacional da norma internacional, em especial a Convenção Solas (Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar) e as leis internas canadense ou americanas, que porventura sejam invocadas e aplicáveis ao caso, pode-se afirmar que a Ocean Gate faltou com alguns deveres extracontratuais: o dever de diligência, classificação, registro, certificação e seguros, falta de equipamento de segurança; e o dever da devida informação na formação do contrato e de sua execução, no que se refere aos deveres e aos materiais experimentais do casco e vedação do Titan, tecnologia inadequada para operar em águas profundas.

Pergunta-se, portanto, se a falha do dever de plena informação e a falha dos requisitos legais de segurança da navegação não significam elementos relevantes na formação do contrato. O primeiro, impõe questionar a validade do aceite do tomador do frete turístico; o segundo, impõe questionar se o objeto do contrato era lícito e, como tal, o contrato válido. O mundo continua aguardando por respostas...

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 21/05/2024

ESPECIALISTA FALA SOBRE NOVO TERMINAL DE GRÃOS E DE FERTILIZANTES NO PORTO DE SANTOS

Fábio Siccherino, CEO da DP World Santos, falou com A Tribuna sobre esse assunto e vários outros; confira

Por: Anderson Firmino



Fábio Siccherino: “É preciso criar condições de acesso”
Foto: Divulgação

Um acordo entre a DP World, importante empresa global de logística para a cadeia de suprimentos, e a Rumo, uma das principais concessionárias de operação ferroviária do País, prevê a construção de um novo terminal portuário para movimentação de grãos e de fertilizantes no Porto de Santos. O valor empenhado é de R\$ 2,5 bilhões para a construção, e o ativo faz parte de um processo de diversificação de atividades. Capitaneando o processo, o CEO da DP World Santos,

Fábio Siccherino, concedeu entrevista para A Tribuna sobre esse e outros temas.

Qual foi o caminho trilhado até chegar ao acordo com a Rumo?

Começamos a operar em Santos em 2013. Naquela época, éramos um operador de contêineres e a estratégia era crescer unicamente em carga containerizada. Passando alguns anos, iniciamos uma estratégia de diversificação de carga, considerando que somos um terminal privado e que temos, dentro da nossa autorização, um portfólio bastante extenso de cargas que a gente pode movimentar. Começamos, perto de 2016, 2017, a avaliar outras opções no mercado. Então, a primeira etapa dessa diversificação foi com a celulose. Em 2018, esse complexo que temos hoje iniciou a operação efetivamente, com uma capacidade de 3.6 milhões de toneladas. O resultado foi bastante positivo: você diversifica um pouco as cargas. Foi uma estratégia bem recebida pela DP World em nível global.

Como foi esse início da diversificação?

Passada essa primeira etapa, nós ainda tínhamos uma área bastante importante para expansão. Começamos a avaliar que outro tipo de carga poderia fazer parte desse processo. A gente tinha a opção de seguir crescendo em contêiner e, eventualmente, buscar outros parceiros de celulose. Identificamos a possibilidade de fazer parte do agronegócio, um setor que cresce demais, um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira. E não dá para ter uma discussão de agronegócio em Santos sem envolver a Rumo, que é o principal operador ferroviário do País, o que conecta, de forma mais intensiva, Mato Grosso e Goiás ao Porto de Santos. Começamos a trabalhar nesse possível projeto em conjunto. No final, chegamos a uma solução de engenharia para ter um terminal de movimentação, mais ou menos, de 12 a 12,5 milhões de toneladas entre grãos e fertilizantes. Perto de 9 milhões de toneladas de grãos, basicamente soja e milho, e 3,5 milhões de fertilizantes.

Como se desenvolveu o projeto para o multipropósito?

Fechamos esse ciclo de diversificação e ainda restou uma possibilidade de expansão de contêineres. Anunciamos a expansão da carga containerizada, saindo de 1,2 milhões para 1,7 milhões, num



período de dois anos a dois anos e meio, que envolve a expansão do cais. São 190 metros de expansão, a aquisição de novos equipamentos, sendo um investimento total de US\$ 85 milhões. Aí, a gente, mais ou menos, inclui as expansões do terminal. Fizemos recentemente a expansão da operação de celulose com a Suzano, saindo de 3,6 para 5 milhões de toneladas de celulose. Isso nos coloca na posição de maior terminal multipropósito do País. Vamos chegar a 12,5 milhões de toneladas de grãos; 1,7 milhão de TEU (unidade de um contêiner tradicional) de carga containerizada e 5 milhões de toneladas de celulose. Essa é nossa grande estratégia para o País. Em contêineres, temos condições técnicas de chegar em 2,2 milhões, isso requer um investimento substancial, que é trazer uma tecnologia nova para o Brasil, que é o BoxBay, um sistema de armazenamento vertical de contêineres. Temos esse sistema em Dubai, é uma patente nossa, com uma outra empresa alemã, que permite você empilhar 11 contêineres de alto cheios, ou 17 de alto vazios. É um projeto revolucionário.

O acordo com a Rumo é um ganho não só logístico, mas estratégico para a empresa?

Sem dúvida. A gente consegue um equilíbrio, um balanço melhor entre os segmentos. A celulose é muito estável, o Brasil é o principal exportador. O agronegócio nem preciso falar – o Brasil é um dos três maiores players mundiais nesse segmento. A gente tem uma carência muito grande de fertilizante, além do contêiner. O grão tem sua sazonalidade, o contêiner tem seu ciclo de mercado; e isso fortalece a campanha a nível Brasil, para que a gente possa ficar numa situação melhor, para atrair novos investimentos. Durante muitos anos, trabalhamos tendo prejuízo no terminal de Santos por diversas situações de mercado, entraves regulatórios, questões de insegurança jurídica. Tudo isso contribuiu, durante muito tempo, para que os investimentos no Brasil ficassem sob análise muito crítica.

Sobre a série de investimentos listados anteriormente: quais os prazos para implantação?

Primeiro é o investimento no berço: estamos aumentando 190 metros. Deve começar as obras ainda no primeiro semestre, e mais ou menos 18 meses de obra. Sobre os equipamentos, estamos colocando, agora, todas as ordens de compra, mas eles têm um prazo mais longo, entre 18 e 24 meses para entrega (portêineres, RTG). Diria que, para que tudo esteja operacional, o horizonte é de dois anos, a contar do meio desse ano.

Você falou sobre insegurança jurídica: como você analisa a formação da comissão de juristas pela Câmara para estudar mudanças no arcabouço jurídico portuário?

Desde a pandemia, conseguimos observar a fragilidade dessas cadeias globais de valor, e a necessidade de a gente construir cadeias mais resilientes, com soluções mais adequadas às situações que estamos vivendo no mundo. A gente precisa, o tempo todo, estar revisitando nossas normas, nossas regulações, e vendo de que maneira a gente pode contribuir para ter um estoque de capital de infraestrutura mais alinhado com o crescimento do País. Essa comissão busca visitar os modelos existentes e avaliar de que maneira a gente pode criar condições. Estou falando de estabilidade regulatória, de segurança jurídica. O Brasil precisa se inserir mais na economia global. A minha expectativa é que a gente consiga mudar de patamar, criando condições atrativas para o investimento privado. A outra é: o investimento público também precisa caminhar em paralelo, criando condições para o investimento privado. Falo da terceira via de acesso da Imigrantes, a questão de dragagem – essa é fundamental, pois não adianta ter um arcabouço jurídico e regulamentação que incentive a vinda de novos terminais, é preciso criar condições de acesso para navios maiores, por exemplo.

Os gargalos nos acessos terrestres também são um grande entrave para esse crescimento do Porto...

Tem que ser um trabalho em conjunto, envolvendo Governo do Estado e Governo Federal. No final do dia, não adianta você ter uma solução que chega à Baixada e, aqui, engargala de novo. Assim como não adianta ter uma solução eficiente na Baixada e não conseguir chegar. Uma das decisões nossas de crescer em segmentos que não são tão dependentes do rodoviário, foi por causa disso também. Hoje, a celulose chega (97, 98% do volume) por ferrovias. O grão talvez não chegue a esse percentual, até pela localização, mas é mais de 80% ferroviário também. Acho que aliar o crescimento ao melhor equilíbrio da matriz de transporte. Sem criar mais gargalo e mais dependência de uma terceira via rodoviária.

E quanto a leilões de concessões: há alguma participação no horizonte?

Estamos olhando todas as oportunidades, que serão avaliadas. Itajaí é um real interesse nosso. Vamos olhar, estamos estudando de perto. Agora, depende de como virá o edital, se entra dragagem, quais as condições. Se forem interessantes, vamos participar.

Qual a estratégia de crescimento global da companhia e o papel do Brasil nesse processo?

Um ponto importante: uma das linhas de grande crescimento da companhia, dentro da estratégia global, é crescer nas operações porta a porta. Estamos abrindo escritórios, e a ideia nossa é prestar o serviço porta a porta. Temos uma companhia que já está operacional. Toda essa infraestrutura que a gente cria vai sustentar o crescimento da operação porta a porta. Estamos com um programa muito forte, com escritórios a nível global – são mais de 100 novos escritórios. Essa é a nova linha de crescimento da empresa. Uma área grande de crescimento é na logística, e está sendo colocado muito esforço nisso.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/05/2024

CONTÊINER SOLIDÁRIO RECEBE DOAÇÕES PARA O RIO GRANDE DO SUL ATÉ ESTE SÁBADO

Espaço continua instalado diante do centro de convenções na Ponta da Praia

Por: ATribuna.com.br



Estão sendo arrecadados alimentos não perecíveis, água, fraldas infantis ou geriátricas, absorventes, materiais de limpeza e higiene pessoal, além de ração para cães e gatos
Foto: Vanessa Rodrigues/AT

O Contêiner Solidário, instalado em frente ao centro de convenções na Ponta da Praia, em Santos, recebe doações para as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul até as 19 horas deste sábado (18). O prazo pode ser prorrogado caso haja necessidade. Estão sendo arrecadados alimentos não perecíveis, água, fraldas infantis ou geriátricas, absorventes, materiais de limpeza e higiene pessoal, além de ração para cães e gatos. Roupas não são aceitas.

A iniciativa, fruto de uma parceria do Grupo Tribuna com a MSC, a Log-In e a Autoridade Portuária de Santos (APS), entrou em operação na manhã de ontem. O contêiner fica estacionado na praça sobre uma carreta, com fácil acesso até para quem for de carro.

O local foi escolhido para facilitar doações pelos inscritos nos 10 KM Tribuna FM-Terracom, pois a entrega dos kits ocorre no centro de convenções, no mesmo horário.

Comoção

“Choro com pena de todos que perderam suas casas, fico muito comovida com aquela situação”, disse a aposentada Maria José Batista, de 73 anos, moradora da Ponta da Praia, que levou donativos ao ponto de coleta. “Só peço a Deus que dê conforto a eles (vítimas) e moradias a todos que perderam (parentes e bens).”

Moradora de Guarujá, a aposentada Francisca Sousa, de 69 anos, também afirmou estar comovida com a tragédia. Por isso, ela resolveu deixar alimentos no Contêiner Solidário. “Não é muita coisa, mas a gente tem algo para ajudar. Doar de coração é o mais importante”, disse.

A ação também teve doações expressivas da Eldorado Celulose e da Costa Brasil.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/05/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

CPI APROVA PEDIDO DE INDICIAMENTO DA BRASKEM POR AFUNDAMENTO EM MACEIÓ

O relatório da CPI também pede o indiciamento de 11 pessoas, sendo oito ligadas à Braskem e três ligadas a empresas que prestaram serviços à mineradora

Por Paulo Goethe



A mineradora foi considerada responsável pelo afundamento de cinco bairros de Maceió, o que levou 15 mil famílias a perderem seus lares. Foto: Ufal/Agência Brasil/Reprodução

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Braskem no Senado aprovou nesta terça-feira (21), por unanimidade, o relatório do senador Rogério Carvalho (PT-SE), que pede o indiciamento da mineradora pelo afundamento de cinco bairros de Maceió, o que levou 15 mil famílias a perderem seus lares.

O relatório da CPI também pede o indiciamento de 11 pessoas, sendo oito ligadas à Braskem e três ligadas a empresas que prestaram serviços à mineradora. A CPI ainda pede o indiciamento de quatro dessas empresas que trabalharam para a Braskem fornecendo laudos e estudos que, de acordo com a comissão, eram falsos ou enganosos.

“Algumas pessoas inconsequentes em busca do lucro rápido e fácil acreditaram que poderiam escavar a terra de qualquer jeito, sem se importar com a população que morava em cima. Mesmo diante da catástrofe do Rio Grande do Sul, ainda há quem pense que pode agredir o meio ambiente de várias formas sem que isso cause problemas”, enfatizou o relator na sessão desta terça-feira.



Relatório do senador Rogério Carvalho (PT-SE) foi aprovado por unanimidade pelos integrantes da CPI da Braskem. Foto: Lula Marques/Agência Brasil

CPI: crime de “lavra ambiciosa”

Para Rogério Carvalho, a CPI demonstrou que a empresa cometeu o crime de “lavra ambiciosa”, retirando mais sal-gema do que a segurança das minas permitia. Outra conclusão da comissão foi a de que o setor da mineração precisa de um novo modelo

de governança.

“Não podemos mais aceitar que as agências reguladoras continuem a conceder e a renovar licenças a partir de dados fornecidos pelas mineradoras sem verificação independente. Precisamos antecipar e evitar novas Maceios, Marianas e Brumadinhos”, alertou Rogério Carvalho, citando também as duas cidades mineiras soterradas por barragens de mineração.

Já o senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL) lembrou que, durante as investigações, a Braskem reconheceu publicamente, pela primeira vez, a culpa pelo afundamento dos bairros em Maceió, mas acrescentou que isso não é suficiente.

“Essas pessoas, em algum momento, poderiam ter parado, poderiam ter observado a legislação do que se refere à segurança, não trabalharam com transparência e tudo isso aqui ficou muito claro. Inclusive, eu faço um apelo também para que a Polícia Federal, que há mais de cinco anos tem um inquérito em andamento, que conclua esse inquérito”, destacou Rodrigo Cunha.

Revisão dos acordos

O relator da CPI lembrou que um dos objetivos da CPI é contribuir para a revisão do acordo de reparação firmado entre a Braskem e os atingidos pelos afundamentos do solo em Maceió. O relatório diz que os acordos foram prejudiciais aos atingidos, com baixos valores de danos morais e a compra das residências pela mineradora que, ao indenizar os moradores, ficou com a propriedade dos imóveis.

“Creio que o Ministério Público deve reabrir e rediscutir os termos desse acordo para ampliar a área que deve gerar o benefício, repensar o isolamento da população da região dos Flexais, que deve repensar a questão da indenização por danos morais. Tem coisas que precisam ser revistas e a gente espera que isso aconteça”, destacou.

O documento de mais de 760 páginas será encaminhado para a Polícia Federal (PF), para a Procuradoria-Geral da República (PGR), além dos ministérios públicos e defensorias públicas federal e estadual para subsidiar as investigações e na possível atuação das instituições no caso.

Braskem

Por meio de nota, a Braskem afirmou que sempre esteve à disposição da CPI colaborando com todas as informações e providências solicitadas pela comissão. “A companhia continua à disposição das autoridades, como sempre esteve”, destacou a mineradora.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 21/05/2024

GEOSISTEMAS ARREMATÁ LICITAÇÃO DOS PROJETOS DA TRANSNORDESTINA

O governo federal não retomou quando nem como as obras do trecho pernambucano da Transnordestina serão retomadas

Por Ângela Fernanda Belfort



O trecho pernambucano da Ferrovia Transnordestina teve as suas obras iniciadas em junho de 2006. Foto Ministério da Infraestrutura/Divulgação

A empresa Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda foi a primeira colocada na concorrência para fazer os projetos básico e executivo do trecho pernambucano da Ferrovia Transnordestina numa licitação on line realizada pela estatal Infra na plataforma de licitações digitais do Banco do Brasil nesta segunda-feira (20). Este resultado é preliminar e o oficial será divulgado pela Infra depois de analisar a documentação das participantes. O trecho pernambucano liga Salgueiro, no Sertão de Pernambuco, ao Porto de Suape, no Grande Recife.

A Geosistemas Engenharia foi a empresa que ofereceu o menor preço, com uma proposta no valor de R\$ 12,4 milhões. E, neste tipo de licitação, um dos requisitos para vencer a concorrência é apresentar o menor preço, além de cumprir todas as exigências previstas no edital, incluindo apresentar a documentação necessária.

A Infra está analisando a documentação enviada pelas nove empresas que apresentaram propostas na concorrência. A maior proposta de preço foi da Strata Engenharia Ltda, que cobrou R\$ 24,5 milhões para elaborar os projetos executivo e básico do trecho pernambucano da Transnordestina.



Na classificação divulgada pela Infra nesta segunda-feira, a Strata ficou em último lugar entre as classificadas por ter apresentado o maior valor.

A partir de agora, também serão cumpridos todos os prazos dos recursos previstos no edital. A licitação só será concluída com a homologação, na qual o vencedor é de fato contratado para executar o serviço. Para isso ocorrer, todos os prazos estabelecidos na concorrência devem ser cumpridos, incluindo a fase de recursos.

Segundo informações da Infra, é a primeira contratação após 14 anos para elaboração de projeto básico/executivo de engenharia de novos trechos ferroviários e destinada à implementação de obras públicas. Ainda de acordo com a estatal, o edital estabelece que a primeira etapa do projeto, visando a execução de 55 quilômetros de linha férrea, será entregue quatro meses após a assinatura do contrato. Não foram divulgados prazos.

Pelo release divulgado pela Infra, na prática, isso possibilitará que a Infra S.A. inicie a licitação para as obras assim que o projeto básico/executivo seja aprovado. O diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, destaca que o modelo traz celeridade para o projeto que será custeado com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC3) do terceiro governo Lula (PT).

Confira a lista das empresas, por ordem de classificação, na concorrência com os respectivos valores apresentados: Geosistemas Engenharia e Planejamento (R\$12,4 milhões), Estratégica Engenharia (R\$ 15,2 milhões), Nova Engevix Engenharia e Projetos (R\$ 16,4 milhões), KL- Serviços de Engenharia (R\$ 19,8 milhões), Engespro Engenharia (R\$ 19,9 milhões), TPF Engenharia (R\$ 20,6 milhões), R. Peotta Engenharia e Consultoria (R\$ 21,6 milhões), Eagle Consultoria Econômica e de Engenharia (R\$ 22,5 milhões) e Strata Engenharia (R\$ 24,5 milhões).

A Infra não informou o prazo de conclusão da concorrência, pois isso depende do cumprimento de todos os prazos previstos em edital, incluindo os recursos, que podem contribuir para a concorrência levar mais tempo para ser concluída.

Entenda o nó da Transnordestina

Com as suas obras iniciadas em 2006, o trecho pernambucano da Transnordestina tem 520 quilômetros e está paralisado desde 2016. Desse total, 180 km foram construídos. Há uma previsão de que o empreendimento receba R\$ 500 milhões via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC3) do terceiro governo Lula (PT). Até agora, a estimativa é de que sejam necessários cerca de R\$ 5 bilhões para concluir o trecho Salgueiro-Suape da Transnordestina.

A obra é fundamental para o desenvolvimento da infraestrutura de Pernambuco e Estados próximos, como a Paraíba e Alagoas, além de contribuir para o crescimento de setores da economia, como a avicultura instalada no Agreste pernambucano, o polo gesseiro do Araripe e viabilizar a exploração das jazidas de minério de ferro existentes no Sul do Piauí, entre outros.

Dono da concessão da ferrovia, o governo federal não definiu quando nem como a obra será retomada. A contratação para os projetos básico e executivo do trecho pernambucano ocorre 18 anos depois que as obras começaram. Originalmente, a Ferrovia Transnordestina começava no Sul do Piauí, seguia até a cidade de Salgueiro e a partir desta cidade surgiam dois ramais: um seguindo para Pecém, na Grande Fortaleza, e o outro para Suape, na Região Metropolitana do Recife.

A empresa que estava à frente da construção da obra, a TLSA, – uma subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) – entregou o trecho pernambucano ao governo federal em dezembro de 2022 e as obras do trecho cearense continuam avançando financiadas por dinheiro público, incluindo fundos administrados pela Sudene. Até 2022, a obra era realizada por uma empresa privada.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 21/05/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

BASE AÉREA DE CANOAS (RS) COMEÇA A RECEBER VOOS COMERCIAIS

São 18 novos voos semanais, além dos 116 que foram anunciados na primeira fase do plano de aviação emergencial para o Rio Grande do Sul



Coletiva de Imprensa no Palácio do Planalto - Foto: Eduardo Oliveira

Uma das primeiras medidas tomadas pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) foi ampliar a malha aérea do Rio Grande do Sul, por meio da aviação regional, para manter o acesso da sociedade brasileira, sobretudo do povo do Sul, aos voos que são tão importantes para o estado.

Na última semana, o MPor encaminhou a solicitação à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que autorizou a operação de voos comerciais na Base Aérea de Canoas (RS), localizada na região metropolitana de Porto Alegre.

A Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) do MPor encaminhou um ofício para a Fraport, questionando o interesse e a disponibilidade da concessionária do Aeroporto Salgado Filho em operar emergencialmente a Base Aérea de Canoas. A concessionária informou estar disponível para realizar a operação.

A venda de bilhetes deve ser liberada a partir desta terça-feira (21). Esse acréscimo representa 18 novos voos, além dos 116 voos semanais anunciados na primeira fase do plano de aviação emergencial na região.

“A Fraport vai assumir a operação do Aeroporto de Canoas, para, no primeiro momento, nós termos disponíveis até cinco voos diários nessa primeira semana, e a partir de amanhã, as companhias aéreas já começam a vender os bilhetes das passagens para a gente poder ampliar a aviação comercial do estado do Rio Grande do Sul”, esclareceu o ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho.

É importante destacar que a quantidade de voos anunciada na primeira fase do plano emergencial foi mantida, com adequações para outros aeroportos regionais. Com o novo anúncio, ao todo serão 134 voos para o acesso ao RS.

Confira a malha aérea emergencial:

- Aeroporto de Caxias do Sul: 39 voos semanais
- Aeroporto de Santo Ângelo: 6 voos semanais
- Aeroporto de Passo Fundo: 21 voos semanais
- Aeroporto de Pelotas: 6 voos semanais
- Aeroporto de Santa Maria: 3 voos semanais
- Aeroporto de Uruguaiana: 3 voos semanais
- Aeroporto de Florianópolis: 14 voos semanais
- Aeroporto de Jaguaruna: 7 voos semanais
- Base Aérea de Canoas: 35 voos semanais

CAMPANHA SOLIDÁRIA: DONATIVOS ARRECADADOS DOS ESTADOS UNIDOS CHEGAM AO PAÍS

Envio foi possível graças ao trabalho colaborativo realizado pelo Governo Federal e companhias aéreas



Em ajuda ao povo gaúcho, Brasil recebe nova remessa de donativos enviados do exterior - Foto: Divulgação/Latam

As cargas que trazem toneladas de solidariedade para o Rio Grande do Sul não param de chegar do exterior. Nesta segunda-feira (20) o Brasil recebe mais uma remessa de 3,5 toneladas vinda de Miami, nos Estados Unidos. Os donativos foram arrecadados pela comunidade brasileira no país americano e vai se juntar com milhares de mantimentos enviados ao Sul.

“Seguimos trabalhando de forma incansável e colaborativa com o setor produtivo e as empresas aéreas na arrecadação e logística dos insumos tão importante para o povo gaúcho”, enfatizou Silvo Costa Filho, Ministro de Portos e Aeroportos. O titular do MPor agradeceu cada doação realizada e também o trabalho das empresas em levar gratuitamente os materiais a quem tanto precisa nesse momento. “Ninguém faz nada sozinho, juntos somos mais fortes”.

O trabalho contínuo de levar dezenas de toneladas de donativos ao Rio Grande do Sul tem sido realizado pelo Governo Federal, por meio do Ministério dos Portos e Aeroportos, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Defesa, a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e a Secretaria da Receita Federal, em parceria com as concessionárias de aeroportos e empresas aéreas.

O material que chegará hoje ao país está sendo transportado de forma gratuita pela Latam Linhas Aéreas, num avião cargueiro Boeing 767-300F. A aeronave chegará no aeroporto internacional de Guarulhos, em São Paulo. Logo após, o carregamento com cobertores, roupas, colchões infláveis, entre outros itens, chegará ao Paraná e, de lá, será distribuído ao Rio Grande do Sul em transporte terrestre coordenado pelo Ministério da Defesa.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou o compromisso do governo e “fazer tudo o que for possível para ajudar o povo gaúcho, atendendo aos interesses do Sul”. O presidente também garantiu que não faltarão esforços para “devolver a cidadania para todos e reconstruir a vida das pessoas”.

Ajuda humanitária internacional

Desde a semana passada, o Brasil tem recebido dezenas de toneladas de mantimentos vindas de Portugal e Estados Unidos, para ajudar nesse momento tão difícil que os nossos irmãos gaúchos têm passado. Esse grande pacto de solidariedade, que iniciou nos estados brasileiros, tem se somado aos esforços cada vez maiores realizados por governos de outros países e pela comunidade brasileira mundo à fora.

No último sábado (18), o país já havia recebido uma remessa de 300 quilos de doações vindas de Portugal e outras 3 toneladas de itens de higiene, agasalhos e alimentos vindos de diversas regiões do Brasil. Nesta semana, outros donativos vindos do exterior devem chegar ao solo brasileiro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 21/05/2024



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

BOLETIM DE RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS - 20/05/2024

Atualização diária de status dos trabalhos no Rio Grande do Sul

O Ministério do Transporte informa que já são 80% dos trechos afetados pelas chuvas com a circulação liberada totalmente. Comparando com o período inicial de trabalhos, em 04/05, o número era inverso: 80% de vias em total interdição, com 63 pontos de bloqueio.

Confira os dados de monitoramento das rodovias federais consolidados nesta segunda-feira (20/5) entre Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário e concessionária com rodovias federais sob responsabilidade da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT).

INTERDIÇÃO TOTAL: 20 trechos em 4 rodovias federais

BR-116, nos trechos

- km 108; km 111; km 161; km 162; km 166,8; km 170; km 174; km 175; km 181; km 270

BR-287, no trecho

- km 312

BR-290, no trecho

- km 86; km 92; km 94; km 96; km 97

BR-470, no trecho

- km 178; km 188 ao 190; km 192; km 194 ao 201

INTERDIÇÃO PARCIAL: 15 trechos em 5 rodovias federais

BR-101, no trecho

- km 260,2

BR-116, nos trechos

- km 232

BR-153, no trecho

- km 412

BR-386, nos trechos

- km 288; km 297; km 302; km 308; km 349; km 350; km 351; km 372; km 425; km 361; km 314

BR-470, no trecho

- km 262

Já foram liberados 97 trechos em 11 rodovias federais que cortam o Rio Grande do Sul. Neste momento, 18 trechos estão em obras ou com serviços para liberação das pistas. Não há atualmente segmentos liberados somente para veículos de emergência.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 21/05/2024

CONTRAN INTERROMPE POR 90 DIAS OS PRAZOS DE PROCESSOS E SERVIÇOS LIGADOS AO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO NO RIO GRANDE DO SUL

A medida busca minimizar os impactos à população do estado em processos de habilitação, registro de veículos, infrações e penalidades registrados desde 19 de abril de 2024

O ministro dos Transportes, Renan Filho, como presidente do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), publicará nesta segunda-feira (20) deliberação que interrompe por 90 dias os prazos de



processos e serviços ligados ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT) no Rio Grande do Sul. A decisão foi motivada pelo desastre ambiental que assola o estado, que paralisou os sistemas do Departamento de Trânsito (Detran/RS) e provocou diversos bloqueios que impossibilitam a população de circular livremente pelo espaço público.

“Com todos os desafios que os moradores do estado enfrentam por causa das fortes chuvas, consideramos por bem interromper certos prazos para que as pessoas tenham tempo para tratar de assuntos mais urgentes no momento”, argumentou o ministro Renan Filho.

Por tais razões, e de modo a minimizar os impactos aos habitantes do Rio Grande do Sul, a deliberação estabeleceu a ampliação ou interrupção dos seguintes prazos:

- Expedição de notificação de autuação;
- Apresentação da defesa prévia;
- Identificação do condutor infrator;
- Interposição de recurso de multa;
- Defesa prévia e interposição de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação;
- Renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH), das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Permissão Para Dirigir (PPD);
- Prazo de validade das CNHs, ACCs e PPDs
- Prazo para registro e licenciamento de veículos novos;
- Prazo para ser feita a transferência de veículo usado comprado;
- Prazo para fazer o exame toxicológico.

Todos que estiverem com prazos vencidos desde 19 de abril serão alcançados pela deliberação, de modo que os condutores que não conseguiram regularizar sua situação perante o Detran/RS poderão fazê-lo quando os prazos forem retomados.

Importante destacar que para fins de fiscalização os veículos registrados no estado do Rio Grande do Sul serão considerados licenciados e autorizada a sua circulação enquanto durarem os efeitos desta deliberação e que as medidas adotadas produzem efeito em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

O restabelecimento dos prazos se dará com o término do prazo de 90 dias, com possibilidade de prorrogação. O cronograma com os novos prazos será determinado pelo Departamento de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran/Ss), que enviará ao Contran para deixar claro aos condutores os novos prazos a serem considerados.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 21/05/2024*



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – DESCARBONIZAÇÃO: COMPROMISSO COM O PRESENTE E COM O FUTURO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A instauração de um grupo de trabalho do Plano Setorial de Mitigação de Gases de Efeito Estufa para o setor industrial, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), representa um passo importante na trajetória do Brasil rumo à neutralidade climática. A medida foi oficializada durante a reunião do Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono do Governo Federal, ocorrida no último dia 17, quando se destacou a urgência de descarbonizar setores estratégicos da economia, como a indústria.



A participação de representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das federações das indústrias dos estados de São Paulo (Fiesp) e Minas Gerais (Fiemg), juntamente com os seis setores industriais que mais emitem gases de efeito estufa, reflete um compromisso necessário e ambicioso. Segmentos como cimento, papel e celulose, alumínio, aço, química e vidro, que respondem por 85% das emissões industriais, têm um papel vital na concretização das metas de descarbonização.

A descarbonização das atividades econômicas não é apenas uma questão ambiental, mas uma estratégia econômica inteligente. A transição para uma economia de baixo carbono pode estimular a inovação, promover o desenvolvimento tecnológico e criar novas oportunidades de emprego. Além disso, o alinhamento com os compromissos do Acordo de Paris fortalece a posição do Brasil no cenário internacional, demonstrando liderança e responsabilidade.

No setor industrial, a redução das emissões de gases de efeito estufa requer investimentos em tecnologias limpas, melhorias nos processos produtivos e a adoção de práticas sustentáveis. A eficiência energética e a utilização de fontes renováveis de energia são caminhos viáveis e necessários para atingir essas metas. A colaboração entre o Governo e a iniciativa privada, como promovido pelo grupo de trabalho, é fundamental para garantir que essas soluções sejam aplicáveis e economicamente viáveis.

E esse esforço não deve se limitar ao mercado industrial. No de transportes, que é outro grande emissor de gases de efeito estufa, a descarbonização envolve a promoção de modais de transporte mais sustentáveis, como ferrovias e hidrovias, além do incentivo ao uso de veículos elétricos e a implementação de políticas públicas que favoreçam a mobilidade urbana sustentável. A integração de tecnologias inteligentes de transporte pode reduzir significativamente as emissões, melhorando a qualidade do ar nas cidades e contribuindo para a saúde pública.

O compromisso do Brasil com a redução das emissões de gases de efeito estufa deve ser robusto e contínuo. Nesse cenário, a descarbonização dos setores industriais e de transportes é essencial para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e assegurar um futuro sustentável para as próximas gerações. A implementação de políticas eficazes e o engajamento de todos os setores da economia são fundamentais para alcançar esses objetivos e fortalecer o compromisso do Brasil com a sustentabilidade ambiental.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 21/05/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

IMPOSTO ZERADO 1

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Governo Federal zerou o imposto de importação para três tipos de arroz. A medida foi aprovada em reunião extraordinária do Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Camex nessa segunda-feira (20), favorecendo dois tipos não parboilizados e um tipo polido/brunido do grão. O objetivo é garantir o abastecimento de arroz após as enchentes no Rio Grande do Sul, que respondia por 70% da oferta nacional do produto.

IMPOSTO ZERADO 2

Para zerar as tarifas, os três tipos de arroz foram incluídos na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (Letec) do Mercosul. A medida, informou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), foi pedida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

IMPOSTO ZERADO 3

A decisão do Gecex/Camex será oficializada em uma resolução que será publicada no Diário Oficial da União até a próxima quinta-feira, dia 23. A medida será válida até 31 de dezembro, mas a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Mdic irá monitorar a situação para reavaliar o período de vigência, caso necessário.

FÉRIAS COLETIVAS 1

A Volkswagen colocou nessa segunda-feira, dia 20, em férias coletivas de dez dias, funcionários das fábricas da Anchieta, de São Bernardo do Campo (SP), Taubaté (SP) e São Carlos (SP). De acordo com a montadora, a paralisação foi necessária devido ao impacto na produção causado pelos alagamentos no Rio Grande do Sul. “Alguns fornecedores de peças da Volkswagen do Brasil, com fábricas instaladas no estado, estão impossibilitados de produzir nesse momento”, informou a empresa em comunicado.

FÉRIAS COLETIVAS 2

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, a medida inclui 4 mil trabalhadores ligados à produção. A Volks conta com 49 fornecedores no Rio Grande do Sul.

FÉRIAS COLETIVAS 3

Além da Volks, a Mercedes, que tem 39 fornecedores no Rio Grande do Sul, fez uma parada de dois dias (9 e 10 de maio). Já a Scania, com 20 fornecedores no RS, não parou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2024

APÓS MEDIDAS DO GOVERNO, SETOR SIDERÚRGICO ANUNCIA R\$ 102 BI EM INVESTIMENTOS

Expectava é de que a iniciativa melhore a competitividade, promova a descarbonização e gere empregos e renda

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebeneews.com.br



O anúncio foi feito durante reunião no Palácio do Planalto, que contou com as presenças de Lula, Geraldo Alckmin e de alguns ministros, além de representantes do setor siderúrgico

O setor siderúrgico promete investir R\$102 bilhões até 2028. O anúncio foi feito na segunda-feira, dia 20, durante reunião no Palácio do Planalto, em Brasília (DF). Estiveram presentes o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, alguns ministros e representantes

da indústria do aço.

Alckmin explicou que a movimentação da pasta foi para conter a importação de aço, que aumentou significativamente nos últimos anos, causando ociosidade na indústria siderúrgica nacional. Para combater o problema, foram implementadas medidas de defesa comercial, incluindo cinco mecanismos antidumping. Segundo o vice-presidente, há mais de dez investigações em andamento.

“Adotamos uma medida inédita no Brasil, fixando uma cota baseada na média das importações de 2020, 2021 e 2022, acrescida de 30%. Até esse limite, não haverá aumento no imposto de importação, que é de 12 a 13%. O que exceder esse valor terá um imposto de 25%”, detalhou Alckmin.

Medidas antidumping são regras que protegem a indústria nacional contra produtos importados vendidos a preços muito baixos. Elas são aplicadas quando se comprova que essas importações baratas prejudicam as empresas locais.

A expectativa do Governo é de que esses investimentos melhorem a competitividade, promovam a descarbonização e gerem empregos e renda no país.

O presidente Lula acredita que a iniciativa vai impulsionar e ajudar na retomada da construção de ferrovias nacionais, estimulando a produção de trilhos e outras ferramentas necessárias para o setor.

“O nosso problema não é apenas a importação de aço da China, que é grave. O problema maior é que nossa indústria parou de crescer”, afirmou.

De olho no Legislativo

Geraldo Alckmin afirmou ainda a Câmara dos Deputados vote o projeto de lei do Mover (Programa de Mobilidade Verde e Inovação) nesta terça-feira, dia 21.

Criado em dezembro do ano passado, o programa destina mais de R\$ 19 bilhões em incentivos ao setor automotivo. São 69 empresas habilitadas com projetos de novos produtos, novas linhas de montagem e pesquisa e desenvolvimento, focados na descarbonização, privilegiando a fabricação de veículos híbridos e elétricos. A duração do Mover é de cinco anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2024

NACIONAL - COMISSÃO DA CÂMARA DEBATE BUROCRACIA NO SETOR PORTUÁRIO

Segundo requerimento, objetivo é entender por que o Governo cortou parte dos recursos destinados a portos e hidrovias

Por [YOUSEFE SIPP \[yousefe.sipp@redebeneews.com.br\]\(mailto:yousefe.sipp@redebeneews.com.br\)](mailto:YOUSEFE SIPP yousefe.sipp@redebeneews.com.br)



O secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Ávila, é uma das autoridades esperadas na audiência promovida pela Comissão de Viação e Transportes (Foto: Vosmar Rosa/MPor)

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados realiza nesta terça-feira, dia 21, uma audiência para debater os desafios e entraves burocráticos enfrentados pelo setor portuário brasileiro.

O requerimento foi feito pelo deputado Gilberto Abramo (Republicanos-MG), com o objetivo de entender por que, mesmo com o crescimento das exportações de produtos brasileiros, o Governo cortou parte dos recursos destinados aos portos e hidrovias do país. Segundo o parlamentar, em fevereiro de 2024 o Governo Federal anunciou investimentos de aproximadamente R\$639 milhões no setor, mas em março cortou R\$ 52,29 milhões do orçamento da pasta responsável pela execução desses investimentos.

Confirmaram presença na audiência o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Ávila, representando o Ministério de Portos e Aeroportos; o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery; e o presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), Mário Povia, além de autoridades e especialistas do setor.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2024

REGIÃO SUL - PASSAGENS AÉREAS COMERCIAIS PARA CANOAS COMEÇAM A SER VENDIDAS

Base Aérea da cidade gaúcha passa a receber voos semanais enquanto o Aeroporto de Porto Alegre permanece inoperante

Por [MARÍLIA SENA \[marilia.sena@redebeneews.com.br\]\(mailto:marilia.sena@redebeneews.com.br\)](mailto:MARÍLIA SENA marilia.sena@redebeneews.com.br)

O Ministério de Portos e Aeroportos informou que a partir desta terça-feira, 21, a Base Aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul, passa a receber voos comerciais. Ao todo, serão 18 novos voos semanais. O anúncio foi feito pelo ministro Silvío Costa Filho após reunião no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na segunda-feira, 20.

De acordo com Costa Filho, o intuito é começar com cinco voos diários e ir aumentando gradativamente. A Fraport, concessionária que administra o Aeroporto de Porto Alegre, vai operar provisoriamente na base aérea.



De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a ideia é que a Base Aérea de Canoas comece com cinco voos diários e vá aumentando gradativamente (Foto: Eduardo Oliveira/MPor)

“A Fraport vai assumir a operação do Aeroporto de Canoas, para, no primeiro momento, nós termos disponíveis até cinco voos diários nessa primeira semana, e a partir de amanhã (terça-feira), as companhias aéreas já começam a vender os bilhetes das passagens para a gente poder ampliar a aviação comercial do estado do Rio Grande do Sul”, informou o

titular da pasta.

Com o novo anúncio, ao todo serão 134 voos para o acesso ao Rio Grande do Sul. São eles:

- Aeroporto de Caxias do Sul – 39 voos semanais
- Aeroporto de Santo Ângelo – seis voos semanais
- Aeroporto de Passo Fundo – 21 voos semanais
- Aeroporto de Pelotas – seis voos semanais
- Aeroporto de Santa Maria – três voos semanais
- Aeroporto de Uruguaiana – três voos semanais
- Base Aérea de Canoas – 35 voos semanais
- Aeroporto de Florianópolis (SC) – 14 voos semanais
- Aeroporto de Jaguaruna (SC) – sete voos semanais

O Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, permanece com as operações paralisadas por tempo indeterminado. A maioria dos novos voos terão como destinos os aeroportos de Curitiba (PR) e São Paulo (SP). Os voos serão operados pelas companhias Azul, Latam, Gol e Voepass.

A malha emergencial vai suprir apenas 17% da demanda do Salgado Filho. O principal terminal do Rio Grande do Sul é o nono mais movimentado do país com média semanal de 100 mil passageiros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2024

REGIÃO SUL - GOVERNO EMITE ALERTA PARA “INUNDAÇÃO SEVERA” EM MUNICÍPIOS DO RS

Descarga de água do Lago Guaíba para a Lagoa dos Patos preocupa cidades do extremo sul do estado

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebenews.com.br

A semana promete ser de muita atenção para o Rio Grande do Sul. O governo gaúcho emitiu nesta segunda-feira (20) um alerta de inundação severa para municípios do extremo sul do estado, devido

à descarga de água do Lago Guaíba, que está descendo para a Lagoa dos Patos e já se aproxima das cidades próximas.

“Na zona sul, ainda há a possibilidade de aumento do volume de água, o que pode provocar ainda mais desabrigados. Só poderemos ter um cenário mais claro quando a água for expulsa da região metropolitana e baixar na Zona Sul”, afirmou o ministro-chefe da Secretaria Extraordinária de apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta.



Tragédia climática das últimas semanas no Rio Grande do Sul já causou 157 mortes, segundo a Defesa Civil Estadual (Foto: Mauricio Tonetto / Secom)

Já são 157 pessoas mortas após as fortes chuvas que atingiram o estado. A tragédia climática, que já dura mais de três semanas, afetou cerca de 2,3 milhões de pessoas em 463 municípios. Mais de 76 mil pessoas estão em abrigos e 581 mil estão desalojadas, abrigando-se na casa de parentes ou amigos.

A previsão do tempo para a semana indica ainda grandes volumes de chuva para o Rio Grande do Sul entre terça-feira (dia 21) e quinta-feira (dia 23), por causa da chegada de uma nova massa de ar frio, com ventos fortes e ar polar.

Os alertas são para possíveis extravasamentos da calha de rios menores, arroios e córregos onde a chuva apresentará elevada intensidade nas regiões da metade sul, centro e noroeste do estado. Ainda seguem elevados os níveis dos rios Jacuí, Sinos e Gravataí, todos acima da cota de inundação.

Serviços de Infraestrutura

De acordo com o último boletim da Defesa Civil do Rio Grande do Sul, divulgado às 12h desta segunda-feira (21), são 81 trechos com bloqueios totais e parciais em 47 rodovias, incluindo estradas, pontes e balsas.

No transporte aéreo, o Aeroporto Internacional Salgado Filho é o único com operações suspensas. Nos portos, o do Rio Grande segue operando normalmente, enquanto os portos de Pelotas e Porto Alegre estão com as atividades paralisadas.

Nas redes sociais, o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Hiratan Pinheiro, destacou alguns dos trabalhos do órgão que estão sendo realizados no estado.

“Durante a semana, realizamos diversas melhorias nos caminhos assistenciais, como a pavimentação do bueiro da BR-290, no quilômetro 132, onde conseguimos concluir a pavimentação, melhorando assim a trafegabilidade. As águas em São Leopoldo baixaram, possibilitando a liberação em dois sentidos. Os trabalhos continuam na BR-470, na região de Veranópolis e Bento, com jateamento em concreto para proteção da plataforma da rodovia. Na BR-116, é necessário monitorar o horário de trafegabilidade da via, das 07h às 17h, devido à grande instabilidade da encosta”, detalhou Hiratan.



Serviços de Infraestrutura

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2024

NACIONAL - GOVERNO INSTALA GRUPO DE TRABALHO PARA DEBATER DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA

Objetivo da equipe é debater metas no contexto dos compromissos firmados pelo Brasil no Acordo de Paris

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Na reunião do Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono foi instalado um grupo de trabalho sobre energia eólica, que visa fomentar o desenvolvimento industrial do setor (Foto: Divulgação)

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) instaurou um Grupo de Trabalho do Plano Setorial de Mitigação de Gases de Efeito Estufa – Setor Indústria, durante reunião do Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono, que ocorreu na sexta-feira, dia 17.

Coordenado pela Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, o GT irá debater e ajudar a estabelecer as metas de descarbonização da indústria no contexto dos compromissos firmados pelo Brasil no Acordo de Paris.

O objetivo de construir um plano que seja aplicável pelo setor privado, por isso o grupo tem representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das Federações das Indústrias dos Estados de São Paulo (Fiesp) e Minas Gerais (Fiemg), além de representantes dos seis setores industriais que mais emitem: cimento, papel e celulose, alumínio, aço, química e vidro. Atualmente, a indústria é responsável pela emissão de 6% do total de gases de efeito estufa emitidos pelo Brasil. Deste valor, 85% são disseminados pelos setores que participam do GT.

Os resultados do GT serão apresentados ao Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), órgão responsável pela criação do Plano Clima, até novembro. O documento orientador para que o Brasil mantenha o ritmo de redução do desmatamento e para a transição para a economia de baixo carbono rumo à neutralidade climática deve ser publicado em 2025 pelo MMA.

Eólicas

Na reunião do comitê também foi instalado um grupo de trabalho sobre energia eólica no Brasil, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento industrial desse setor.

A energia eólica é a segunda maior fonte de energia renovável para a matriz elétrica nacional, auxiliando com 14,8% do total, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

De acordo com dados da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica), o setor possui 31,1 GW de capacidade instalada em operação comercial e teste, com 11.183 aerogeradores em operação em 12 estados, sendo responsável por mais de US\$ 48 milhões em investimentos entre 2012 a 2023.

“O GT é um instrumento indispensável para entender o atual contexto do setor no Brasil e construir propostas para promover um novo ciclo de desenvolvimento desse segmento com menor pegada de carbono”, afirma o secretário da SEV, Rodrigo Rollemberg.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2024

REGIÃO SUDESTE - SINDICATO CLASSIFICA PROJETO DO PARQUE DO PORTO COMO “IRREAL”

Presidente da entidade, Sérgio Giannetto afirmou que prefeitura precisa ter cautela com o projeto, que pode prejudicar operações portuárias na Cidade

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br



O Parque do Porto incluirá espaços destinados a atividades culturais e esportivas, áreas de convivência, ciclovias e será conectado a um novo píer para navios de turismo (Foto: Divulgação/Prefeitura do Rio de Janeiro)

O presidente do Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro, Sérgio Giannetto, classificou como “irreal” o projeto divulgado pela Prefeitura da Cidade para a construção do Parque do Porto.

A ideia é criar uma nova orla de convívio público, lazer, cultura e eventos para o Rio, abrindo ao uso da população a frente marítima da Zona Portuária. Com construção prevista para acontecer em duas etapas, o projeto inclui um novo píer para embarque e desembarque de navios de cruzeiro. A proposta integral prevê o trecho da orla que se estende das imediações do Píer Mauá até a frente do Armazém 18.

“Esse projeto vai acabar com qualquer operação do porto até o Armazém 18. Eu respeito o Prefeito Eduardo Paes e acredito que ele tem boas ideias, mas este projeto pegou os empresários de

surpresa e quero crer que ele esteja mal informado sobre isso”, explicou Giannetto, que afirmou não ter sido procurado ainda pelo chefe do executivo para tratar do projeto.

De acordo com a Prefeitura, o projeto está sendo negociado com o governo federal para cessão de áreas da União e adequação das atividades portuárias.

Conforme um vídeo divulgado pelo prefeito em suas redes sociais, o Parque do Porto incluirá espaços destinados a atividades culturais e esportivas, áreas de convivência, ciclovias e será conectado a um novo píer para navios de turismo.

No entanto, ainda não foram divulgadas estimativas de investimento, a origem dos recursos, nem a previsão de início das obras. O terreno, pertencente à União, necessitará de um acordo com o governo federal para viabilizar o projeto.

Reformas

A revitalização da área portuária começou em 2009 com a implementação da Lei Municipal 101, que instituiu a operação urbana consorciada conhecida como Projeto Porto Maravilha. Este projeto tem como objetivo realizar intervenções estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental em parceria com a iniciativa privada e os usuários locais. Entre as obras já realizadas destacam-se a demolição do elevador da Perimetral e a reforma da Praça Mauá, que agora abriga o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio (MAR).

Um dos objetivos centrais do Projeto Porto Maravilha é a ocupação habitacional, com vários edifícios residenciais sendo construídos nos últimos anos. Durante as escavações para as obras, foram descobertos vestígios do Cais do Valongo, o principal porto de desembarque de africanos escravizados nas Américas durante os séculos 18 e 19. Este sítio arqueológico foi transformado em um monumento histórico aberto ao público e, em 2017, foi reconhecido como patrimônio cultural mundial pela Unesco.

Em nota encaminhada ao BE News, a Prefeitura do Rio de Janeiro afirmou que o projeto ainda está em fase conceitual e a Administração Municipal ouvirá o sindicato, assim como diversas outras instituições, ao longo do processo. “Ainda não temos data para este encontro”, finalizou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2024

REGIÃO SUDESTE - SOPESP LANÇA PROGRAMA DE TV COM TRANSMISSÃO PELA TV BE NEWS

Dedicado exclusivamente ao setor portuário, o “Conexão Sopesp” estreia no próximo dia 28

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



O “Conexão Sopesp” será transmitido todas as terças-feiras, às 19h30, com apresentação de Vanessa Martins e participação do diretor-executivo do sindicato, Ricardo Molitzas (Foto: Divulgação/TV BE News)

O Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) lançará na próxima terça-feira, dia 28, o programa de TV “Conexão Sopesp”, dedicado exclusivamente ao setor portuário, com transmissão pela TV BE News.

Fruto de uma parceria com a Rede BE News, o programa será apresentado pela jornalista Vanessa Martins e contará com a participação do diretor-executivo do Sopesp, Ricardo Molitzas. Juntos, eles têm a missão de oferecer ao público, especialmente àqueles que não fazem parte da comunidade portuária, uma visão abrangente das diversas atividades, iniciativas e ações realizadas nos portos.

Cada episódio contará com a presença de um associado do sindicato, que compartilhará a história da sua empresa, suas expectativas e desafios, proporcionando uma compreensão mais profunda do funcionamento dos portos e do papel crucial que desempenham no desenvolvimento econômico e social da região.

Na edição de estreia, o convidado será Regis Prunzel, presidente do Sopesp, que falará sobre a história da entidade, sua atuação no Porto de Santos (SP), investimentos em infraestrutura portuária e a importância da capacitação da mão de obra para a modernização do setor.

O “Conexão Sopesp” será transmitido todas as terças-feiras, às 19h30, logo após o telejornal BE News 19 horas. Para assistir, acesse o canal da emissora no YouTube (@tv_benews) ou o Portal BE News (www.portalbenews.com.br).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2024

REGIÃO SUDESTE - NOVA PISTA DA IMIGRANTES DEVERÁ SER CONCLUÍDA EM MEADOS DE 2030, DIZ SECRETÁRIO

Rafael Benini afirmou que Governo terá já de pensar novo projeto entre Planalto e Baixada

Por Cássio Lyra [CÁSSIO LYRA \[cassio.lyra@redebenews.com.br\]\(mailto:cassio.lyra@redebenews.com.br\)](mailto:cassio.lyra@redebenews.com.br)

e Paulo José Ribeiro [PAULO JOSÉ RIBEIRO \[paulo.ribeiro@redebenews.com.br\]\(mailto:paulo.ribeiro@redebenews.com.br\)](mailto:paulo.ribeiro@redebenews.com.br)



Governo de SP autorizou a concessionária Ecovias a realizar os estudos de viabilidade da 3ª pista da Rodovia dos Imigrantes (Foto: Divulgação)

O secretário de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo, Rafael Benini, revelou que a expectativa de entrega da 3ª pista da Rodovia dos Imigrantes, que liga o Planalto à região da Baixada Santista, aconteça em meados de 2030. Além disso, ainda de acordo com o secretário, será preciso pensar em um projeto para um novo sistema viário entre o litoral e a Capital.

O Governo do Estado, através da pasta de Parcerias em Investimentos, autorizou à concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), a Ecovias, no início do ano, para começar os estudos para elaboração do projeto executivo da obra viária.

Durante o evento de lançamento da Frente Parlamentar da 3ª pista do Sistema Anchieta-Imigrantes, promovido pela Assembleia Legislativa (Alesp) e realizado na sede da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos (AEAS), Benini adiantou os próximos passos referentes à obra.



“O pedido do Governo do Estado à concessionária para implantação do projeto executivo. São dois anos desse processo, então deve ficar pronto no começo de 2026. Depois, teremos negociações do termo aditivo, como vamos pagar a obra. Em 4 anos a obra fica pronta. Então, em meados de 2030 devemos ter essa obra pronta”, comentou o secretário.

De acordo com Benini, a nova implantação de ligação rodoviária entre Planalto e Baixada servirá para dar uma maior flexibilidade à logística dos veículos que acessam o Sistema Anchieta-Imigrantes, principalmente para os caminhões, que terão um novo acesso para chegar ao Porto de Santos, o maior do país.

“Vamos precisar de uma alocação de dinheiro no orçamento para execução do projeto executivo, que deve custar dezenas de milhões de reais. Nós estamos falando em maior flexibilidade. Primeiro, na logística com mais uma descida para os caminhões, que só podem descer pela Anchieta. O sistema funciona sob stress, mas quando se tem acidentes, ela trava de uma maneira em que se fica horas parado. Com a nova pista, vai melhorar muito a fluidez”, pontuou.

Com a elaboração do projeto e prazos previamente definidos, o Governo do Estado acredita que novas ligações rodoviárias serão necessárias.

“Importante dizer, que essa obra não é o fim. A gente precisa pensar na próxima (ligação rodoviária). É uma obra que já deveria ter acontecido, que estamos tentando fazer agora, e temos que pensar já no próximo projeto. Essa obra não vai resolver todo o problema da Baixada”, completou.

Via Verde

Durante o evento, membros da diretoria da AEAS e do Instituto de Engenharia levantaram o tema para recuperação do projeto da chamada Via Verde, um novo viário a partir do município de Suzano, com conexões ao Rodoanel Leste, na Capital, e com a Cônego Domênico Rangoni, visando atender os terminais da margem esquerda.

O diretor-geral de concessões da EcoRodovias, Rui Klein, fez uma apresentação de como a concessionária vai trabalhar para a execução do projeto. Segundo o executivo, o traçado ainda não foi definido, mas espera-se que o novo viário seja reversível, podendo atender tanto a subida quanto a descida de cargas para o Porto de Santos.

“A vocação que a gente imagina nos dois sentidos é que seja reversível, para que atenda bem o balanceamento do sistema. Esse é o nosso intuito e os estudos vão validar isso. Para que a gente possa descer as cargas e também levá-las até o planalto, combinando com os volumes de veraneio durante os feriados”, explicou.

Ainda de acordo com Rui Klein, a ideia é que o novo viário saia do topo da Serra até a Interligação na Baixada, entre Santos e Cubatão, com possíveis acessos diretos à margem esquerda, pela Cônego Domênico Rangoni.

Expansão

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, revelou os planos de expansão do complexo marítimo, que vão de encontro à necessidade de melhores acessos para chegada e saída de cargas.

“De nada adianta o Porto de Santos investir em obras de infraestrutura se não tiver condições e modais adequados para escoarmos os produtos para o interior do estado e do país. Essa terceira pista chega, pelo menos em seu início, em excelente hora”, explicou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/05/2024



SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

COMISSÃO DEBATE GARGALOS E ENTRAVES BUROCRÁTICOS ENFRENTADOS PELO SETOR PORTUÁRIO BRASILEIRO

Informações: Câmara dos deputados (21 de maio de 2024)

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta terça-feira (21), às 15h30, para discutir os gargalos e entraves burocráticos enfrentados pelo setor portuário brasileiro. O debate foi solicitado pelo deputado Gilberto Abramo (Republicanos-MG).

O parlamentar explica que, apesar do crescimento da exportação de produtos brasileiros, o Governo contingenciou recursos destinados à aplicação em portos e hidrovias brasileiros. Segundo Gilberto Abramo, em fevereiro de 2024 o Governo Federal anunciou investimentos em torno de R\$ 639 milhões no setor, mas em março contingenciou R\$ 52,29 milhões da pasta responsável pela execução orçamentária.

“O setor enfrenta ainda dificuldades burocráticas e de logística, falta de mão de obra qualificada e número insuficiente de funcionários públicos para a prestação de serviços essenciais na operação portuária”, aponta.

O debate será realizado no plenário 11.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 21/05/2024

CMA DEBATE PROJETO QUE EXIGE PADRÕES AMBIENTAIS DO BRASIL EM IMPORTAÇÕES

Informações: Senado Notícias (21 de maio de 2024)

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) fará uma audiência pública nesta quarta-feira (22), às 9h, para discutir o Projeto de Lei que impede a importação de mercadorias de países com regulamentos ambientais considerados menos exigentes que os do Brasil. O PL 2.088/2023, do senador Zequinha Marinho (PL-PA), adiciona dispositivos à Lei 12.187, de 2009, que estabelece a Política Nacional sobre Mudança do Clima, tornando obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis com os do Brasil para a importação de produtos.

O requerimento para a audiência foi apresentado pela relatora do projeto, senadora Tereza Cristina (PP-MS), e pelos senadores Jayme Campos (União-MT) e Leila Barros (PDT-DF), que preside o colegiado. Se aprovado na CMA, o projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa.

Em seu requerimento, Tereza Cristina diz que muitos países concorrentes do Brasil não seguem as mesmas exigências ambientais, resultando em disparidades nos custos de produção e reduzindo a competitividade do Brasil no mercado internacional. Ela ressaltou que a legislação brasileira impõe padrões ambientais mais rigorosos que os de outros países, como na Europa, onde os limites de preservação ambiental em propriedades rurais são significativamente menores.

O projeto restringe a importação de bens e produtos provenientes de países que não cumprem os padrões ambientais brasileiros, especialmente quanto à proteção da vegetação nativa. Segundo Zequinha, o objetivo é dar um “tratamento mais justo” entre produtos brasileiros e importados no comércio global e proteger a competitividade dos setores do agronegócio nacional. “Nesse contexto, o posicionamento do Brasil é recuperar a competitividade dos setores do agronegócio, prejudicados pela concorrência desleal de outros países, sendo necessária a atuação firme da Câmara de



Comércio Exterior (Camex) para restabelecer o equilíbrio entre o comércio exterior e interno de produtos agrícolas brasileiros”, diz o senador.

A audiência, com caráter interativo, contará com a participação de Adriano Santhiago, Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária; Fabrício Morais Rosa, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja; e do embaixador Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel, diretor do Departamento de Política Comercial do Ministério das Relações Exteriores. Também foram convidados representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, do Ministério da Fazenda e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 21/05/2024

SUZANO PROLONGA EDITAL QUE VAI DESTINAR R\$ 1 MILHÃO A PROJETOS SOCIAIS NO SUL DA BAHIA

Informações: Portal Celulose (21 de maio de 2024)

Chamada é destinada a organizações sociais de Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa e Prado, até 22 de maio

A Suzano, referência global na fabricação de bioprodutos desenvolvidos a partir do cultivo de eucalipto, vai destinar R\$ 1 milhão, por meio de edital de financiamento, para apoiar projetos sociais que atuam em cinco municípios da região extremo sul da Bahia. O Edital (BA): Transformar o Futuro está possibilitando mais tempo para a realização de inscrições, que agora passam a ser válidas até a próxima quarta-feira, dia 22 de maio. Podem participar projetos nas áreas de Cultura, Esporte e Lazer ou Geração de Renda.

O edital é destinado a organizações sociais presentes nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa e Prado, que podem submeter propostas que serão avaliadas por uma comissão interna da companhia. Serão eleitas as melhores propostas de até R\$ 30 mil para projetos de Geração de Renda e R\$ 40 mil para projetos Culturais, de Esporte e de Lazer. Deverão ser selecionados pela comissão até 30 projetos, totalizando R\$ 1 milhão em recursos.

De acordo com o gerente de Relacionamento Social da Suzano, Douglas Peixoto, a chamada pública tem o propósito de contribuir com o desenvolvimento das comunidades vizinhas às operações da empresa. “A Suzano quer reforçar a sua presença positiva no extremo Sul da Bahia, seja por meio do fortalecimento das iniciativas de geração de renda e das atividades culturais, comunitárias e esportivas lideradas pelas próprias comunidades e associações locais”, enfatiza Douglas.

O edital vai atender apenas projetos dos municípios contemplados, não sendo aceitas propostas de entidades externas aos municípios em questão, mesmo que pretendam desenvolver projetos locais. Estão habilitadas a participar: instituições da sociedade civil, organizações comunitárias, cooperativas de trabalho ou produção legalizadas e com situação regularizada, com experiência em projetos relacionados aos temas abordados no edital. São exemplos: associações comunitárias, cooperativas de produtores ou artesãos, associações quilombolas, institutos e fundações.

A Suzano disponibilizou um canal direto, por e-mail, para esclarecer dúvidas referentes ao edital: editaisba@suzano.com.br, durante horário comercial, das 9h às 18h. O edital completo está disponível na página da Suzano no site Prosas, acessível neste link.

CALENDÁRIO

Encerramento das inscrições: 22 de maio, às 18h

Conclusão da primeira fase de seleção dos projetos: 21 de junho

Entrega de documentação para os selecionados na primeira fase: 1º de julho

Divulgação pública dos resultados: 16 de setembro

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 21/05/2024



BUNGE RETOMA GRADUALMENTE OPERAÇÕES EM RIO GRANDE (RS)

Informações: Forbes (21 de maio de 2024)

Esperamos que as operações de esmagamento de soja sejam retomadas até o final desta semana”, disse em nota

A Bunge afirmou nesta segunda-feira (20) que está retomando gradualmente suas operações na cidade de Rio Grande (RS), onde tem um terminal portuário e uma unidade de esmagamento de soja.

“Mesmo não tendo sido impactadas diretamente pelas inundações, as atividades na unidade foram suspensas no dia 09/05, em caráter preventivo, para preservar a segurança dos colaboradores”, afirmou a multinacional do agronegócio em comunicado.

Segundo a nota, o carregamento no terminal portuário foi retomado, assim como a recepção de grãos.

“Esperamos que as operações de esmagamento de soja sejam retomadas até o final desta semana. Vamos continuar monitorando a situação e seguir tomando decisões com foco nas pessoas”, acrescentou.

A companhia disse ainda que tem contribuído com doações para apoiar no atendimento das pessoas afetadas pelas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 21/05/2024

PORTO DE SUAPE INVESTE MAIS DE R\$ 600 MILHÕES PARA MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Informações: Ministério dos Portos e Aeroportos (20 de maio de 2024)

Intervenções envolvem restauração do molhe, dragagem dos canais interno e externo, além da modernização da iluminação e troca de defensas

O Complexo Industrial Portuário de Suape finalizou nesta semana a terceira e penúltima etapa das obras de recuperação do molhe de pedras, estrutura essencial para a proteção dos berços de atracação do sexto porto público mais movimentado do Brasil. A intervenção incluiu a restauração e o reforço do paredão, que se estende por cerca de 2,5 quilômetros. O projeto faz parte de um pacote de obras destinado a melhorar a segurança e a infraestrutura portuária, com um investimento total (nas 3 fases) de mais de R\$ 611 milhões para serviços como dragagem, modernização da iluminação e troca de defensas.

A fase final das obras no molhe, com um custo de R\$ 123 milhões, já teve o processo licitatório concluído. Os serviços estão programados para começar em julho deste ano, com conclusão prevista para 2028. A obra visa fortalecer a barreira de proteção do porto contra a força das marés, garantindo que as operações sejam menos afetadas por correntes marítimas e ondas. Na terceira etapa, que custou R\$ 68,1 milhões, foi restaurado um trecho de 1,6 quilômetro, utilizando blocos de pedras variando de 300 quilos a 12 toneladas, totalizando um volume de 78.120 metros cúbicos.

O diretor-presidente de Suape, Marcio Guiot, ressalta a importância da obra para a segurança das operações portuárias. “Essas intervenções são cruciais para o bom funcionamento das atividades portuárias e para preparar Suape para os desafios das mudanças climáticas”, afirmou Guiot. Ele destacou ainda que o programa de inovação e transição energética, juntamente com a governança sustentável, coloca o porto pernambucano em uma posição competitiva no cenário marítimo global.

Complexidade do projeto

Segundo Renata Loyo, diretora de Infraestrutura de Suape, esta é a primeira grande restauração do molhe desde a inauguração do porto, em 7 de novembro de 1978. “Devido à complexidade e à abrangência da intervenção, o projeto foi dividido em três fases, abrangendo quatro áreas. Os serviços estão sendo executados conforme o cronograma estabelecido desde 2018 e agora estamos avançando para a etapa final, dotando o porto de um molhe mais robusto e seguro”, destacou Loyo

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 21/05/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SUPER TERMINAIS INVESTE EM NOVOS VEÍCULOS MAIS EFICIENTES E COM MAIOR CAPACIDADE DE CARGA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 20/05/2024 - 20:56



O Super Terminais, terminal privativo no Polo Industrial de Manaus, apresenta nesta semana seu mais novo investimento, oito novos Tugs Masters da Kalmar, modelo TL2. Os rebocadores portuários (harbour tugs) são necessários para auxiliar manobras de reboque, atracação ou desatracação, auxílio no governo ou giro do navio, fundeio ou acompanhamento (Escort).

Os veículos reduzirão estimados 15% nos custos de consumo de combustível e emissões, contribuindo para a sustentabilidade ambiental do terminal.

“Estamos confiantes que nossos investimentos terão reflexos na eficiência do Super Terminais, que será ainda maior, garantindo operações mais rápidas e seguras, fortalecendo nossas parcerias duradouras”, afirma Marcello di Gregorio, diretor do terminal.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2024

PETROBRAS LEVA AO CADE PROPOSTA PARA ABANDONAR VENDA DE REFINARIAS

Da Redação OFFSHORE 20/05/2024 - 20:55



Proposta foi anunciada por meio de comunicado ao mercado

A Petrobras formalizou junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) uma proposta para manter o controle de cinco refinarias. Se aprovada, deverá ser assinado um aditivo revendo acordo firmado em 2019 que estabelecia o compromisso e as regras para a venda desses ativos. Um parecer favorável já foi emitido pela Superintendência-Geral do Cade.

A venda de refinarias foi um dos pilares da política de desinvestimento adotada pela Petrobras durante o governo passado. Na época, também foram negociadas subsidiárias como a TAG, a BR Distribuidora e a Gaspetro, além de diversos campos de petróleo.

O processo de negociação dos ativos do parque de refino chamou atenção do Cade, autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que atua na prevenção e na repressão de infrações contra a ordem econômica e a livre concorrência. Um inquérito chegou a ser aberto, e a Petrobras concordou em assinar um termo de compromisso de cessão (TCC), que fixou



medidas para incentivar a entrada de novos agentes econômicos no mercado e fomentar a competitividade.

Dessa forma, além de estabelecer um cronograma e uma série de premissas, o acordo previu que um mesmo grupo econômico não poderia adquirir ativos considerados potencialmente concorrentes. Na prática, a Refinaria Landulpho Alves (RLAM) e Refinaria Abreu e Lima (RNEST) não poderiam ter o mesmo comprador. Isso também deveria valer para a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) e a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) e também para a Refinaria Gabriel Passos (Regap) e a Refinaria Landulpho Alves (RLAM).

A Petrobras chegou a concluir as alienações da RLAM, da Reman e da Unidade de Industrialização de Xisto (SIX). De outro lado, não foram finalizadas as negociações da RNEST, da Repar, da Regap, da Refap e da Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor). Se o aditivo proposto pela Petrobras for aprovado, o compromisso para venda desses cinco ativos deixará de existir.

O desejo de renegociar os termos pactuados com o Cade já havia sido anunciado em novembro do ano passado. A proposta do aditivo foi apresentada na última sexta-feira (17) e anunciada nesta segunda-feira (20) por meio de um comunicado ao mercado.

Na fundamentação do aditivo, a Petrobras sustentou que os cronogramas foram impactados pela pandemia de covid-19 e também que houve baixo interesse. Aponta ainda que houve dificuldades para encontrar potenciais compradores que atendessem aos critérios estabelecidos no TCC. Por fim, a estatal acrescenta que chegaram propostas com valores que não atenderam aos patamares mínimos da avaliação econômico-financeira realizada internamente.

De acordo com a Petrobras, não há indícios de que as alienações resultaram em ganhos competitivos, pois não houve redução de preços praticados ao consumidor final pelas refinarias vendidas. Além disso, a estatal sustentou que essas negociações afetam a execução da política energética nacional e são um obstáculo aos projetos do país para a transição energética. O documento cita os aportes previstos para readequar o parque de refino às demandas de produção de biocombustíveis, intensificadas pelo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

Para estimular a competitividade, a Petrobras se dispõe a assumir dois compromissos nos aditivos propostos. O primeiro envolve a divulgação de diretrizes comerciais para entregas de petróleo por via marítima não discriminatórias e em observância ao direito concorrencial. O segundo se relaciona com a oferta de contratos frame, por meio dos quais qualquer refinaria independente poderia contar com uma dinâmica negocial diferenciada.

Gás Natural

No comunicado ao mercado, a Petrobras menciona ainda a apresentação de uma outra proposta ao Cade que visa à manutenção do seu controle social de 51% da subsidiária Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG). Também em 2019, a estatal havia assinado um outro TCC se comprometendo a vender ativos ligado ao mercado de gás natural. Foram negociadas, por exemplo, suas participações na TAG e na Gaspetro.

No entanto, segundo a Petrobras, houve apenas uma oferta vinculante para a compra da TBG, apresentada pela EIG Global Energy, que não evoluiu para um acordo devido aos valores envolvidos. Segundo a estatal, não houve nenhuma proposta que se adequasse ao patamar mínimo da avaliação do ativo.

No documento em que pede a revisão do TCC, a Petrobras alega que seu novo planejamento estratégico leva em conta um aumento da participação do gás natural na matriz energética do país, como uma fonte de energia mais limpa e menos poluente que os demais combustíveis fósseis. Dessa forma, a TBG é considerada importante para a descarbonização de suas operações. Além disso, a estatal aponta que a subsidiária lhe rende dividendos de forma consistente e robusta, com baixíssima alavancagem financeira e baixo risco associado. A Petrobras afirma ainda que a TBG

possui independência e negocia de forma transparente e isonômica com diversos carregadores independentes.

De acordo com o comunicado ao mercado, os dois aditivos permitirão readequar as obrigações originais fixadas pelos TCCs, considerando a nova realidade do mercado e do ambiente regulatório. "As propostas apresentadas pela Petrobras são fruto de amplo debate técnico entre as áreas técnicas da Petrobras e do Cade e estão alinhadas às melhores práticas antitruste", registra o texto. Os novos aditivos ainda deverão ser analisados e aprovados pelo Conselho de Administração da Petrobras e pelo Tribunal do Cade.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 20/05/2024

SIDERÚRGICAS ANUNCIAM R\$ 100,2 BI EM INVESTIMENTOS NO BRASIL ATÉ 2028

Da Redação ECONOMIA 20/05/2024 - 20:54



Empresas do setor siderúrgico pretendem investir R\$ 100,2 bilhões no Brasil até 2028. O valor foi anunciado nesta segunda-feira (20) após reunião entre representantes do segmento com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin e ministros da área econômica.

Os detalhes sobre os investimentos não foram divulgados. O anúncio ocorre menos de um mês depois de o governo anunciar cotas de importação por um ano para 11 tipos de produtos de aço e taxa de 25% sobre o que exceder os limites. Em fevereiro, o governo

tinha restaurado as tarifas de importação para cinco itens.

Por meio das redes sociais, o presidente Lula comemorou a decisão do setor siderúrgico. "Além de lançarmos o Novo PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] nesses 16 meses de governo, após pegarmos um país desestruturado, também recebemos o anúncio de R\$ 130 bilhões do setor automobilístico e agora estamos anunciando mais R\$ 100 bilhões de investimentos da indústria siderúrgica nos próximos cinco anos", escreveu.

Em entrevista coletiva após a reunião, o vice-presidente Alckmin, também ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, classificou a decisão de "anúncio importante" e disse que os investimentos são consequência das políticas do governo de apoio ao setor siderúrgico.

"O resultado são R\$ 100 bilhões em investimentos, melhorando a competitividade, gerando descarbonização, emprego e renda", afirmou. Alckmin ressaltou que a imposição de cotas de importação é algo inédito na política industrial brasileira e que o governo tem aplicado outros instrumentos, como tarifas antidumping, sobretaxas para a comercialização de produtos abaixo do preço de custo, e que há dez investigações comerciais em curso.

Segundo o vice-presidente, a política de apoio ao aço ajudará a diminuir a ociosidade no setor siderúrgico. "Houve uma grande preocupação em relação à importação de aço. Nos últimos anos, teve um crescimento muito grande da importação, levando à ociosidade uma indústria de base importante", acrescentou Alckmin. Ele ressaltou que o aço brasileiro poderá ser usado pela indústria automotiva, que nos últimos meses anunciou investimentos no país.

Repercussão

Segundo o Instituto Aço Brasil, de janeiro a março, o Brasil importou cerca de 1,3 milhão de toneladas de aço, alta de 25,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Nos últimos anos, o segmento criticava a concorrência desleal do aço estrangeiro, que impedia o aumento da produção brasileira.

Presidente do Conselho Diretor do Instituto Aço Brasil, Jefferson de Paula ressaltou que o setor investiu R\$ 162 bilhões em 15 anos e emprega 2,9 milhões de pessoas. No entanto, as siderúrgicas nacionais operam com cerca de metade da capacidade instalada, tendo produzido 26,6 milhões de toneladas, diante de um potencial de produção de 51 milhões. Segundo Jefferson, no ano passado, 26% do aço consumido no país foi importado, sendo 58% vindo da China.

Também presente ao anúncio, o presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Ricardo Alban, comemorou a iniciativa, mas pediu providências em relação a outros segmentos que enfrentam problemas de concorrência com os produtos importados. Ele citou os setores petroquímico, químico, de fertilizantes e da construção civil como áreas que precisam de medidas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2024

ANP ASSINA ACORDO DE COOPERAÇÃO COM AGÊNCIA REGULADORA DE SERGIPE

Da Redação OFFSHORE 20/05/2024 - 20:54

A ANP assinou hoje nesta segunda-feira (20) um acordo de cooperação técnico-operacional com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (Agrese). O acordo segue o estabelecido na Nova Lei do Gás (Lei nº 14.134/2021), que determinou, em seu art. 45, que a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia e da ANP, deverá articular-se com os estados e o Distrito Federal para a harmonização e o aperfeiçoamento das normas relativas à indústria de gás natural, inclusive em relação à regulação do consumidor livre.

O acordo tem como principal finalidade o alcance de um modelo de regulação harmônica entre as esferas federal e estadual, a partir da interação entre as duas agências reguladoras na discussão e alinhamento de entendimentos sobre as normas referentes à indústria de gás natural.

Para atingir esses objetivos, o acordo prevê: elaboração conjunta de programas de atividades; treinamentos; intercâmbio de informações; cooperação de ambas as partes em estudos sobre os aspectos gerais da regulamentação dos elos da cadeia do gás natural; estudos para o aperfeiçoamento de instrumentos regulatórios; elaboração de propostas para o aprimoramento de parâmetros de qualidade de fornecimento de gás natural; e estudos relacionados ao biogás e ao biometano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2024

ANTAQ TEM 180 DIAS PARA ANALISAR DENÚNCIAS DE COBRANÇAS ABUSIVAS DE SOBRE-ESTADIA

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 20/05/2024 - 20:51



Arquivo/Divulgação

Relator negou recurso de associações de usuários, mas determinou que área técnica elabore plano para base de dados de armadores e agentes intermediários e diagnóstico sobre cobrança de demurrage

A diretoria colegiada da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) decidiu aprofundar, nos próximos seis meses, as análises sobre as denúncias de padrões de cobrança abusivas de sobre-estadia apresentadas pela

Associação Brasileira dos Usuários dos Portos, de Transportes e da Logística (Logística Brasil) e pelo Conselho de Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). O diretor-relator do processo na Antaq, Wilson Lima Filho, negou o acolhimento do recurso apresentado pela Logística Brasil e pelo Cecafé de um acórdão de 2021, mas entendeu que o tema não está esgotado e deve ser acompanhado pela área técnica.



O diretor determinou que a superintendência de regulação (SRG/Antaq) elabore, no prazo de 30 dias, um plano de trabalho para a implementação de uma base de dados que englobe informações dos transportadores marítimos e dos agentes intermediários, para fins de acompanhamento do comportamento de mercado na cobrança de demurrage, devendo submeter um diagnóstico mais preciso sobre tema ao colegiado da autarquia.

A SRG também deverá considerar na análise de resultado regulatório (ARR) a necessidade de aumentar a transparência nas atuações dos agentes intermediários e as recentes inovações regulatórias internacionais, como a 'Final Rule', publicada pela Federal Maritime Commission (FMC) dos Estados Unidos, órgão equivalente à Antaq. A Logística Brasil, o Cecafé, o Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) e o Tribunal de Contas da União (TCU) deverão ser notificados sobre a decisão.

O relator orientou que a agência reguladora colha os dados de forma contínua para identificar a existência dos aspectos denunciados pelas entidades associativas. Ele acrescentou que as recentes regras estabelecidas pela FMC evidenciam a universalidade do problema e podem enriquecer as análises da Antaq. "Recomendo que, após a apreciação dos dados coletados, incluindo a análise dos agentes intermediários, o tema seja reapresentado à diretoria colegiada em um prazo máximo de 180 dias, com um diagnóstico mais preciso", manifestou Lima Filho em seu voto.

Nos autos, as associações manifestaram desapontamento com o arquivamento do processo sobre a metodologia contra abusividade na cobrança de sobre-estadia de contêineres pela Antaq. Elas ressaltaram a importância de desenvolver uma metodologia para identificar abusos, argumentando que isso aumentaria a segurança jurídica e auxiliaria na resolução de disputas, dado o contraste entre a falta de denúncias na agência e a frequência de ações judiciais.

As requerentes criticaram ainda a manutenção do 'status quo' pela agência reguladora, alegando que essa postura impede o desenvolvimento efetivo do setor marítimo e portuário brasileiro. As duas entidades apontaram falhas regulatórias que beneficiam setores específicos e reivindicaram a revisão da RN 62/2021 (antiga RN 18/2017), para alinhar as práticas regulatórias às necessidades reais do mercado e dos usuários.

Ao longo do processo, o Centronave defendeu o caráter privado da sobre-estadia de contêineres no transporte marítimo. Os armadores de longo curso argumentam que essa prática não deve ser enquadrada como um serviço público, e sim como uma questão contratual entre partes privadas. Segundo a Centronave, a sobre-estadia serve como um mecanismo essencial para assegurar a eficiência logística e evitar atrasos na devolução de contêineres, o que contribui para a redução de congestionamentos nos portos.

Lima Filho acrescentou em seu relatório que o Centronave ressaltou a importância da autonomia nas relações comerciais no setor marítimo. Os armadores também entendem que as taxas de sobre-estadia são determinadas com base em condições de mercado e práticas comerciais estabelecidas, reforçando que a liberdade contratual é um princípio fundamental neste contexto. Além disso, a associação aponta que a intervenção regulatória da Antaq nas práticas de sobre-estadia poderia desequilibrar o mercado e afetar negativamente a operação do transporte marítimo.

O Centronave compara as práticas brasileiras de sobre-estadia com as normas internacionais, sustentando que os procedimentos adotados no Brasil estão em linha com o que é praticado mundialmente. A associação entende que não há evidências de preços abusivos ou de práticas que justifiquem uma revisão regulatória significativa. Eles defendem que quaisquer mudanças devem considerar cuidadosamente o impacto potencial sobre a eficiência operacional e a competitividade do setor.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2024

ASSOCIAÇÕES AVALIAM QUE APLICAÇÃO INTEGRAL DO MODELO 'LANDLORD' DEPENDE DE DESCENTRALIZAÇÃO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 20/05/2024 - 19:49



Arquivo/Divulgação

Coalização empresarial considera que legislação atual ainda concentra uma série de competências das autoridades portuárias em Brasília

A coalização empresarial de entidades portuárias aponta a necessidade de revisão da legislação portuária, aplicando integralmente o modelo 'landlord' de administração. A avaliação é que a atualização da legislação (Lei 12.815/2013), em discussão em audiências públicas, deve buscar um sistema portuário eficiente e que tenha equilíbrio, levando em consideração as melhores práticas mundiais. As associações entendem que a União e o ministério responsável pelo setor - atualmente Portos e Aeroportos (MPor) - devem estabelecer diretrizes do planejamento e das políticas do setor portuário.

"Até hoje, isso não foi implementado. Por isso, não temos plano de Estado, temos plano de governo. Um governo entra dizendo que vai privatizar a administração portuária, entra outro governo dizendo que não vai mais privatizar. O sistema portuário não pode ficar à vontade dessas 'ondas'. Precisamos ter plano de Estado, e tudo isso tem que estar na política", disse o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, em recente audiência pública em Itajaí (SC), sobre as possibilidades de alteração do marco regulatório.

Na ocasião, Aquino apresentou propostas da coalizão que, além da Fenop, é composta pela ABTP (Terminais Portuários), ATP (Terminais Portuários Privados), Abratec (Terminais de Contêineres), ABTRA (Terminais e Recintos Alfandegados) e ABTL (Terminais de Líquidos). Um dos pontos de convergência das associações é que as administrações portuárias locais precisam recuperar competências que foram centralizadas em Brasília para garantir o real modelo landlord. Segundo Aquino, no Brasil a lei atual retira poder das autoridades portuárias e atribui competências ao poder concedente, diferentemente do que a literatura mundial preconiza.

Entre os assuntos centralizados pelo poder concedente, citou Aquino, estão: o planejamento local gerado e aprovado localmente (Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ); as competências para contratos de arrendamentos e autorizações de uso de áreas; bem como a recuperação de outras competências características de uma real autoridade portuária. "Temos que recuperar competências da autoridade portuária, fortalecendo e dando autonomia para suas funções", recomendou Aquino.

O presidente da Fenop ressaltou que o 'landlord' é um modelo caracterizado pela autonomia, administrativa e financeira, e pela separação de funções de autoridade e de operações. Ele considera que, para o Brasil ter de fato esse modelo de gestão implementado, é preciso garantir que a atividade portuária tenha sustentabilidade de longo prazo, para que o porto não dependa de dinheiro público e possa gerar recursos para investimento local, pensando no crescimento social da região do país. "O porto público tem que ter uma visão de sustentabilidade financeira, mas também de atividades que não necessariamente geram lucro inicial, mas que sejam estratégicas para a região. Para isso, é fundamental o autofinanciamento e o comprometimento comercial e empresarial", apontou Aquino.

As associações também veem a necessidade de recuperar os conselhos de autoridade portuária (CAPs), conforme sua composição original, retornando a quatro blocos, com quatro votos, distribuídos entre: poder público, setor empresarial portuário, usuários e representantes dos trabalhadores. Além de envolver novos integrantes nos blocos, como: Alfândega, capitania dos portos, Polícia Federal, terminais de uso privado (TUPs), despachantes, entre outros agentes. A proposta é que os CAPs possam abordar questões deliberativas e outras consultivas. Os assuntos

deliberativos abrangem o PDZ e investimentos, enquanto os consultivos a geração de pareceres sobre alteração de tarifas e outros temas de interesse do porto. A coalizão também é a favor que o CAP tenha competência de parecer sobre a seleção dos dirigentes, com poder de veto, a fim de evitar aspectos políticos nas nomeações.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 20/05/2024

ABTP VAI PROPOR MECANISMO ALTERNATIVO AO FLUXO DE CAIXA DESCONTADO

Por Danilo Oliveira *PORTOS E LOGÍSTICA 17/05/2024 - 20:24*



Arquivo/Divulgação

Associação entende que projetos de arrendamentos devem ser estruturados sob premissa do que é necessário à sustentabilidade do porto

A Associação Brasileira dos Terminais Portuários pretende apresentar uma alternativa ao mecanismo de fluxo de caixa descontado. A ABTP avalia que a metodologia atual, baseada no estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA), tenta extrair

o máximo possível do empreendimento, em vez de verificar a finalidade pública para a qual o porto se destina. Para a entidade, é preciso direcionar o foco da regulação setorial para os resultados e para o nível de serviço da operação, e não especificamente aos serviços e valores gerados pelas atividades portuárias. A proposta pode ser levada no momento de discussão de uma norma infralegal sobre o tema.

A associação entende que os projetos de arrendamentos devem ser estruturados sob a premissa do que é necessário à sustentabilidade do porto, e não tentar extrair o máximo de valor de cada um dos contratos. "A ABTP vai apresentar, em momento oportuno, uma metodologia alternativa ao fluxo de caixa descontado, levando em consideração esse aparelho público", adiantou o diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva, na última semana, durante audiência pública sobre a revisão legal da exploração dos portos e instalações portuárias, promovido pela Câmara de Vereadores de Itajaí (SC).

A ABTP discute com outras associações e agentes setoriais as diretrizes que devem ser inseridas na atualização da Lei 12815/2013, que completou 10 anos no ano passado, a fim de garantir a segurança jurídica para o setor empresarial. Para a associação, é preciso abandonar, de forma definitiva, qualquer possibilidade de limitação da atividade econômica desempenhada por instalações portuárias localizadas dentro ou fora de portos organizados.

A associação defende que as diretrizes da Lei 12.815/2013 solidifiquem a liberdade econômica, autoridades portuárias sustentáveis, flexibilidade contratual e uma gestão mais eficiente e participativa. Para a ABTP, é preciso garantir que os agentes econômicos que operam instalações portuárias estejam inseridos em um regime de livre concorrência, competindo a partir da prática de preços, que respondem à própria dinâmica competitiva do mercado.

Silva ressaltou que a coalizão setorial é favorável ao retorno do caráter deliberativo dos conselhos de autoridades portuárias (CAPs) para algumas funções. "É um preceito garantir a participação efetiva daqueles que respondem pela dinâmica operacional dos portos organizados, melhorando a governança portuária", destacou. Ele acrescentou a necessidade de administrações portuárias descentralizadas e com autonomia, primando por boas práticas de governança, integridade e transparência.

O diretor-presidente da ABTP também defendeu a modernização dos mecanismos de gestão de contratos de arrendamento, de forma a reduzir assimetrias regulatórias entre terminais arrendatários

e autorizatários. "Temos um modelo híbrido, não podem existir assimetrias de qualquer forma entre esses modelos", salientou Silva.

A associação espera que o marco regulatório amplie a autonomia e ajude a estruturar melhor a governança das autoridades portuárias, responsabilizando-as e criando condições para o desenvolvimento de projetos portuários, inclusive na gestão de contratos. Silva observa que esse processo passa por descentralizar a gestão portuária e adequar os papéis da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e do poder concedente, organizando a gestão portuária, almejando a sustentabilidade da autoridade portuária, de forma a manter a estrutura, viabilizando os projetos necessários de infraestrutura comum e eventuais expansões dos portos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/05/2024

EMBARCAÇÃO DA SEAGEMS INICIA NAVEGAÇÃO EM DIREÇÃO AO CAMPO DE ATLANTA

Da Redação OFFSHORE 17/05/2024 - 19:35



No primeiro projeto assinado como Seagems, o navio "Ônix" foi carregado com linhas flexíveis, umbilicais e outros equipamentos para iniciar o projeto EPCI da Enauta

A Seagems finalizou o carregamento da embarcação "Ônix" após 14 dias de trabalho no Porto do Rio de Janeiro, mais 12 de fundeio. O navio, que começou a ser carregado dia 21 de abril, agora segue em direção ao campo de Atlanta, operado pela Enauta, localizado na Bacia de Santos, para iniciar a parte prática do projeto EPCI (Engineering, Procurement, Construction

and Installation) que a companhia faz em parceria com a acionista Sapura Energy. Esse também é o primeiro projeto da Seagems após rebranding da marca, até então conhecida no mercado como Sapura.

O contrato, firmado em 2022, prevê um projeto de interligação de todo um sistema submarino (dutos flexíveis, umbilicais e equipamentos), com duração de três anos e conclusão em 2025. O projeto é de longo prazo e foi elaborado de ponta a ponta pela parceria Seagems e Sapura Energy, envolvendo desde o desenvolvimento de soluções estratégicas em engenharia, a aquisição dos materiais, até manuseio e instalação de dutos com os navios da companhia – esta última parte começa agora.

Foram carregados no navio 16,3 quilômetros de linhas flexíveis e 12,1 quilômetros de umbilicais, além de 170 toneladas de MPP (Multi Phase Pumps), utilizadas para aumentar a pressão para escoamento do óleo do poço até a plataforma — uma instalação também inédita para a Seagems.

"Para nós, essa operação é um marco e motivo de orgulho. Pela primeira vez estamos fazendo parte de toda a operação de exploração de petróleo, desde a engenharia do projeto, compra das linhas e umbilicais, lançamento, conexão à plataforma, até a garantia do primeiro óleo para a Enauta, previsto para agosto desse ano. Acredito que esse é só um primeiro passo para a Seagems assumir projetos dessa robustez junto à outras petroleiras do Brasil e do mundo", afirmou Fillipe Ferreira, diretor de Operações da Seagems.

O projeto irá desmobilizar o existente sistema EPS (Early Production System), que já está no campo de Atlanta, e redirecionar os flexíveis e umbilicais ao novo FPSO "Atlanta", além de realizar a conexão de três novos poços.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/05/2024

EMAP E VLI ASSINAM MEMORANDO DE ESTUDOS PARA AMPLIAÇÃO DO PORTO DO ITAQUI

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 17/05/2024 - 19:34



Estudos abrem possibilidade de investimento para construção de pera ferroviária e novo berço para embarque de grãos, entre outras obras

O governo do Maranhão, por meio da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), e a VLI assinaram na quarta-feira (15) um memorando de entendimento para estudos de ampliação da infraestrutura do Porto do Itaqui. Os estudos podem concluir pela possibilidade de investimentos em estruturas como uma pera ferroviária na poligonal do porto, um novo berço para embarque de grãos, a capacitação de outro berço e a construção de armazéns, moega e interligações ferroviárias.

“O sistema portuário do Maranhão é o caminho natural para a produção do Matopiba e estados como Mato Grosso, Tocantins e Goiás, que estão dentro da área de cobertura do Corredor Norte da VLI. Os estudos para ampliação da infraestrutura do Porto do Itaqui reforçam nossa vocação para atender os clientes, o caráter desenvolvimentista da companhia, que é parceira do incremento da produção regional e do fortalecimento da pauta de exportações do Brasil”, disse o diretor de Finanças, Supply Chain e Serviços da VLI, Fábio Marchiori.

Para Gilberto Lins, presidente da Emap, responsável pelo Porto do Itaqui, “o investimento em questão só reforça a grandeza de nosso equipamento e, principalmente, sua importância como hub logístico nacional. Além disso, demonstra a confiança de grandes empresas na forma como estamos conduzindo o maior porto do Norte/Nordeste”.

VLI e Emap trabalharão conjuntamente para atestar a viabilidade das obras, em um processo que deve ser concluído em até 180 dias. Uma vez definida a continuidade do projeto, as obras devem ser iniciadas em 2025. A capacidade a ser ampliada, condições operacionais e outros itens serão analisados na fase de estudos. A VLI já opera atualmente no Porto do Itaqui, por meio do berço 105, onde a companhia movimentava cargas como grãos (soja e milho), farelo de soja, ferro gusa e fertilizantes.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 17/05/2024

ENAUTA RECEBE FPSO 'ATLANTA' PARA OPERAR NA BACIA DE SANTOS

Da Redação *OFFSHORE* 17/05/2024 - 19:34



A FPSO "Atlanta", que operará na Bacia de Santos para a Enauta, chegou ao Brasil em 11 de maio. No momento, está em andamento as operações de ancoragem.

Após inspeção e liberação pelas autoridades, a embarcação iniciou sua operação de fundeio, com as atividades avançando em linha com a primeira meta da petrolífera.

Com capacidade para processar 50 mil barris de petróleo por dia e 140 mil barris de água por dia, o FPSO pode armazenar 1,6 milhão de barris de

petróleo e é afretado e operado pela Yinson Production, da Malásia.

Após a cerimônia de nomeação do FPSO no Dubai Drydocks World em dezembro de 2023, o navio deixou o estaleiro em março de 2024 rumo ao Brasil. O primeiro óleo está previsto para agosto, com seis poços online, chegando a dez poços em 2029.

As atividades desenvolvidas no campo de Atlanta fazem parte dos planos da Enauta de substituir o "FPSO Petrojarl I", que está em operação no local, pelo FPSO "Atlanta". O campo offshore do bloco BS-4, na Bacia de Santos, é operado pela Enauta Energia, subsidiária integral da empresa, que também detém 100% de participação neste ativo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/05/2024

SEARA VAI ASSUMIR AS OPERAÇÕES DE CONTÊINERES NO PORTO DE ITAJAÍ

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 17/05/2024 - 19:33



Anúncio foi feito pelo ministro dos Portos e Aeroportos em reunião do Fórum Parlamentar Catarinense

A Seara Alimentos vai comandar as operações de cargas containerizadas no Porto de Itajaí, informação confirmada pelo ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. A expectativa é que sejam movimentados 44 mil TEUs por mês, já a partir do segundo semestre deste ano. A empresa Mada Araújo Asset Management, que venceu o edital de arrendamento transitório do terminal no ano passado, confirmou ao Ministério a

transferência das operações.

As negociações entre as empresas iniciaram há cerca de dois meses. Foi solicitado parecer à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) sobre o prazo para as operações iniciarem efetivamente. O contrato também será enviado para análise do Tribunal de Contas da União (TCU) ainda neste mês de maio.

A expectativa é de que a Seara Alimentos, subsidiária da multinacional brasileira JBS e que já atua em Itajaí através do terminal privado Braskarne, comece a operar já no segundo semestre deste ano. A empresa atuará na área arrendada (berços 01 e 02) do Porto de Itajaí e deve movimentar por mês 44 mil TEUs.

“A ampliação do trabalho da Seara em Itajaí, passando a operar em berços públicos, será benéfica para todos. A empresa possui renome internacional e pertence a uma multinacional de origem brasileira, presente em mais de 20 países, sendo a maior movimentadora de cargas da indústria de alimentos do mundo. Temos certeza que impulsionará ainda mais o crescimento das atividades no Porto de Itajaí, trazendo riquezas para o município e recolocando nosso porto em lugar de destaque”, afirma o superintendente do Porto de Itajaí, Fábio da Veiga.

A retomada permitirá que o Porto de Itajaí volte às operações com cargas de contêineres. Em seu histórico de movimentações, no último quadriênio (2020 a 2023), foram movimentados na área arrendada R\$ 1.392.000,00 (TEUs) e, em cargas, 15,9 milhões de toneladas. Entre 2019 e 2023, um total de 1.390 navios atracaram nos berços 1 e 2 do terminal.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/05/2024

PRODUÇÃO DE ÓLEO DA UNIÃO FOI 24% MAIOR NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024

Da Redação OFFSHORE 17/05/2024 - 19:33



A União teve direito a uma parcela de 4,59 milhões de barris de petróleo no primeiro trimestre do ano, provenientes de oito contratos de partilha de produção e das jazidas unitizadas de Tupi e Atapu. O resultado é 24% superior ao registrado no mesmo período de 2023, quando a produção da União somou 3,69 milhões de barris. Este ano, o campo de Mero foi responsável pela maior parte da produção, com 3,2 milhões de barris, seguido de Búzios, com 647 mil barris.

No primeiro trimestre deste ano, a União também teve direito a 8,89 milhões de metros cúbicos de gás natural disponível para exportação. As maiores contribuições vieram dos campos de Búzios (3,7 milhões de m³) e Sapinhoá (3,6 milhões de m³). O resultado é 21% superior ao obtido no primeiro trimestre de 2023 (7,33 milhões de m³).

Juntos, os oito contratos de partilha produziram 90,86 milhões de barris de petróleo e 294,56 milhões de m³ de gás para exportação no primeiro trimestre de 2024. Búzios foi o principal produtor de petróleo em regime de partilha, com 45,87 milhões de barris produzidos.

Produção de março

A parcela de óleo pertencente à União, no mês de março, manteve-se estável: 49 mil bpd nos oito contratos de partilha de produção e nos Acordos de Individualização da Produção (AIPs) de Atapu e Tupi. O campo de Mero foi o que mais produziu, respondendo por 72% da produção, com 35,19 mil barris por dia (bpd), seguido de Búzios (7,05 mil bpd) e Sapinhoá (2,52 mil bpd).

No mês de março, a produção total média dos oito contratos de partilha foi de 957 mil bpd, um resultado 3% menor que o período anterior, em função da parada de produção do FPSO Sepetiba, no Campo de Mero, por atingir o limite de queima autorizada, e também da parada programada do FPSO Carioca, no campo de Sépia. O Campo de Búzios foi o maior produtor com 498,65 mil bpd.

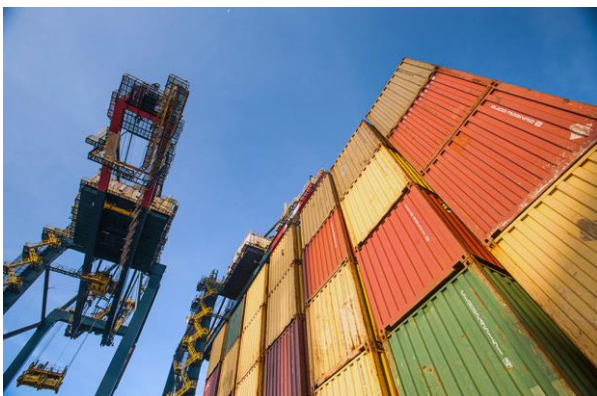
A exportação de gás natural, em março, foi de 2,54 milhões de m³ por dia. Este resultado foi 27% menor em relação ao período anterior, devido à redução de exportação nos FPSOs P-74 e P-75, no Campo de Búzios, para manutenção pontual de equipamentos e problemas operacionais no FPSO Ilhabela, no Campo de Sapinhoá. O excedente de gás natural em março foi de 73 mil m³ por dia. Considerando-se apenas os contratos de partilha, o resultado do mês foi 6% menor em relação ao período anterior, devido à redução de exportação nos FPSOs P-74 e P-75, no Campo de Búzios, e queda na exportação do FPSO Ilhabela, no Campo de Sapinhoá.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/05/2024

TECONS DEFENDEM UNIFICAÇÃO DE PRAZOS DE CONCESSÃO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 17/05/2024 - 17:59



Arquivo/Divulgação

Abratec é a favor de equiparação dos contratos de arrendamento antigos, que foram firmados com teto de 50 anos, aos novos contratos, que podem durar até 70 anos

A Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) defende a unificação dos prazos de concessão, por meio da harmonização do prazo de exploração do arrendamento portuário por 70 anos. A associação é a favor de uma equiparação



do prazo dos contratos de arrendamento antigos, que foram firmados com teto de 50 anos, aos novos termos, firmados a partir do decreto 9.048/2017.

A Abratec entende que, se a União considera razoável entregar um bem para a exploração portuária por 70 anos, não existe impeditivo para essa regra ser aplicada a todos os players do setor. "É importante para fomentar investimentos, ter horizonte melhor que todos os contratos tenham 70 anos. Ficou vago na última legislação e teve o olhar do TCU [Tribunal de Contas da União] achando que não poderia ser aplicado aos contratos antigos", comentou o diretor-executivo da Abratec, Caio Morel.

Ele lembrou que, quando a lei 8.630/1993 ampliou o tempo dos contratos, de 10 anos para 25 anos, havia uma provisão que dizia que os contratos atuais poderiam se adaptar aos novos prazos em até 6 meses. "Se colocarem o prazo de 70 anos com a permissão para que os contratos antigos se adaptem, seria muito bom para o setor e para fomentar esses investimentos e ganharmos esses anos que estamos atrasados", afirmou Morel, na última semana, durante audiência pública sobre a revisão legal da exploração dos portos e instalações portuárias, promovido pela Câmara de Vereadores de Itajaí (SC).

A Abratec também pede maior isonomia das condições contratuais entre arrendamentos e terminais de uso privado (TUPs). Uma das sugestões é a eliminação das cláusulas de movimentação mínima (take or pay), que precisa ser paga quando o terminal arrendado não atinge o mínimo estipulado. O argumento é que hoje existem terminais privados concorrendo com os arrendatários, sendo que essa limitação não é aplicada aos TUPs.

"Para alguns terminais que fizeram projeções que não aconteceram, essa cláusula hoje está tirando grande quantidade de recursos que poderiam ser investidos", disse Morel. A Abratec também quer a eliminação das cláusulas de preço-teto em todos os contratos de arrendamento. "Esses contratos foram feitos lá atrás e sempre foram mantidas questões de preço-teto. Entendemos que a eliminação da MMC [movimentação mínima contratual] e do preço-teto venha a contribuir para o desenvolvimento", projetou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/05/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 21/05/2024